

BOLETIM DA **EDUCAÇÃO**

2024





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zaluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE
AMPARO A ESTUDOS E
PESQUISAS



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias

Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Jurandir Sebastião Tavares Sidrim

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças



EXPEDIENTE

Publicação Oficial:

© 2024 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:
FAPESPA

Endereço:
Av. Presidente Vargas, 670.
Bairro: Campina – Belém – PA.

Diretor-Presidente
Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural
Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenadora de Estudos Sociais
Jessica Aline Duarte Lopes

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural
Marcelo Santos Chaves

EQUIPE TÉCNICA

Alana Maria Ferreira Borges
Ana Cláudia Guedes Fernandes
Denize Rafaela Alfaia de Oliveira
Nara Isa da Silva Lages

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Juliana Cardoso Saldanha
Wagner da Silva Santos

CAPA

Alessa Raiol (ASCOM)
Imagem: Freepik



Lista de Figuras

Figura 01 – Número de estabelecimentos de educação básica no estado do Pará – 2019–2022.....	14
Figura 02 – Número de matrículas da educação superior, por RI – Pará, 2019–2022.....	56

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Proporção dos gastos com educação em relação ao PIB – Brasil x Pará, 2018–2021.....	10
Gráfico 02 – Evolução da taxa de analfabetismo (%) – Brasil e Pará, 2017–2022.....	10
Gráfico 03 – Percentual de estabelecimentos de educação básica por RI – Pará, 2019–2022.....	15
Gráfico 04 – Percentual de estabelecimentos de educação básica no estado do Pará por localização, 2019 – 2022.....	16
Gráfico 05 – Evolução do número de matrículas na educação básica e sua proporção em relação à população do Pará 2019–2022.....	17
Gráfico 06 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização bruta da educação infantil no Pará – 2019–2022.....	24
Gráfico 07 – Participação (%) do número de matrículas da educação infantil, por etapa de ensino no Pará - 2019–2022.....	25
Gráfico 08 – Evolução do número de matrículas do ensino fundamental regular, de pessoas de 6 a 14 anos de idade e sua taxa de escolarização líquida, Pará, 2019–2022.....	29
Gráfico 09 – Evolução da taxa de aprovação (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil e Pará, 2019–2022.....	35
Gráfico 10 – Evolução da taxa de reprovação (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil e Pará, 2019–2022.....	36
Gráfico 11 – Evolução da taxa de abandono (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil e Pará, 2019–2022.....	36
Gráfico 12 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização bruta do ensino médio – Pará, 2019–2022.....	39
Gráfico 13 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização líquida do ensino médio, de pessoas de 15 a 17 anos de idade – Pará, 2019–2022.....	39
Gráfico 14 – Evolução da taxa de aprovação (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará, 2019–2022.....	45
Gráfico 15 – Evolução da taxa de reprovação (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará, 2019–2022.....	45
Gráfico 16 – Evolução da taxa de abandono (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará, 2019–2022.....	46



Gráfico 17 – Evolução do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).	47
Gráfico 18 – Evolução do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).	48
Gráfico 19 – Evolução do IDEB dos anos finais do ensino fundamental da rede pública do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).	48
Gráfico 20 – Evolução do IDEB dos anos finais do ensino fundamental da rede estadual do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).	49
Gráfico 21 – Evolução do IDEB do ensino médio da rede estadual do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).	50
Gráfico 22 – Evolução do número de matrículas e da taxa de escolarização bruta do ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos de idade – Pará, 2019–2022.....	52
Gráfico 23 – Evolução do número de matrículas e da taxa de escolarização líquida do ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos de idade – Pará, 2019–2022.....	53
Gráfico 24 – Comparativo do número de matrículas da educação superior, por sexo – Pará, 2019–2022.....	58
Gráfico 25 – Percentual de estabelecimentos de educação básica com água potável, por esfera administrativa – Pará, 2019–2022.....	64

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Número de matrículas e variação (%) na educação básica por etapa de ensino no Pará – 2019–2022.....	18
Tabela 02 – Participação (%) do número de matrículas na educação básica por etapa de ensino no Pará – 2019–2022.....	18
Tabela 03 – Número de matrículas e participação (%) na educação básica por modalidade de ensino no Pará – 2019–2022.....	19
Tabela 04 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) na educação básica por RI – Pará, 2019–2022.....	20
Tabela 05 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) na educação básica dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas – 2019–2022.....	21
Tabela 06 – Número de estabelecimentos, variação (%) e participação (%) da educação infantil por localização e esfera administrativa no Pará – 2019–2022.....	23
Tabela 07 – Número de matrículas e variação (%) da educação infantil por etapa de ensino no Pará – 2019–2022.....	24
Tabela 08 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação infantil por RI – Pará, 2019–2022.....	26



Tabela 09 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação infantil dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa de ensino – 2019–2022.....	27
Tabela 10 – Número de estabelecimentos, variação (%) e participação (%) do ensino fundamental, por localização e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.....	28
Tabela 11 – Número de matrículas do ensino fundamental, por etapa de ensino – Pará, 2019–2022.....	30
Tabela 12 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) dos anos iniciais do ensino fundamental, por RI – Pará, 2019–2022.....	31
Tabela 13 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) dos anos finais do ensino fundamental, por RI – Pará, 2019–2022.....	32
Tabela 14 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) dos anos iniciais do ensino fundamental, dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa de ensino – 2019–2022.....	33
Tabela 15 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) dos anos finais do ensino fundamental, dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa de ensino – 2019–2022.....	34
Tabela 16 – Número de estabelecimentos, variação (%) e participação (%) do ensino médio, por localização e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.....	38
Tabela 17 – Número de matrículas do ensino médio, por modalidade de ensino – Pará, 2019–2022.....	40
Tabela 18 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) do ensino médio propedêutico, por RI – Pará, 2019–2022.....	41
Tabela 19 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) do ensino médio integrado, por RI – Pará, 2019–2022.....	42
Tabela 20 – Número de matrículas do ensino médio dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa de ensino – 2019–2022.....	43
Tabela 21 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) do ensino médio integrado dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa de ensino – 2019–2022.....	44
Tabela 22 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação superior, por grau acadêmico – Pará, 2019–2022.....	54
Tabela 23 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação superior, por modalidade de ensino – Pará, 2019–2022.....	55
Tabela 24 – Número de matrículas da educação superior, por sexo – Pará, 2019–2022.....	58
Tabela 25 – Número de matrículas da educação superior, por raça/cor – Pará, 2019–2022.....	59
Tabela 26 – Número de matrículas do ensino superior, por tipo de financiamento estudantil – Pará, 2019–2022.....	60
Tabela 27 – Número de matrículas do ensino superior dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas – 2019–2022.....	61



Tabela 28 – Número de estabelecimentos da educação básica, por tipo de água consumida pelos alunos e por esfera administrativa – Pará, 2019–2022.....	63
Tabela 29 – Percentual de estabelecimentos da educação básica, por tipo de abastecimento de água e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.....	65
Tabela 30 – Número de estabelecimentos da educação básica, por tipo de esgotamento sanitário e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.....	67
Tabela 31 – Percentual de estabelecimentos da educação básica, por tipo de acessibilidade e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.....	69



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO BÁSICA.....	12
CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
CAPÍTULO 3 – ENSINO FUNDAMENTAL.....	27
CAPÍTULO 4 – ENSINO MÉDIO.....	37
CAPÍTULO 5 – IDEB.....	46
CAPÍTULO 6 – ENSINO SUPERIOR.....	50
CAPÍTULO 7 – SANEAMENTO BÁSICO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.....	61
CAPÍTULO 8 – ACESSIBILIDADE NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO.....	67
REFERÊNCIAS.....	70



INTRODUÇÃO

A educação é a base essencial de formação do cidadão e transformação da sociedade, responsável pela multiplicação do conhecimento e pelo desenvolvimento de habilidades úteis para a atuação do indivíduo em sua comunidade. Seu acesso é um direito assegurado na Constituição Federal pelo artigo 205, que diz: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” A educação básica, termo expresso na Lei n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996), compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

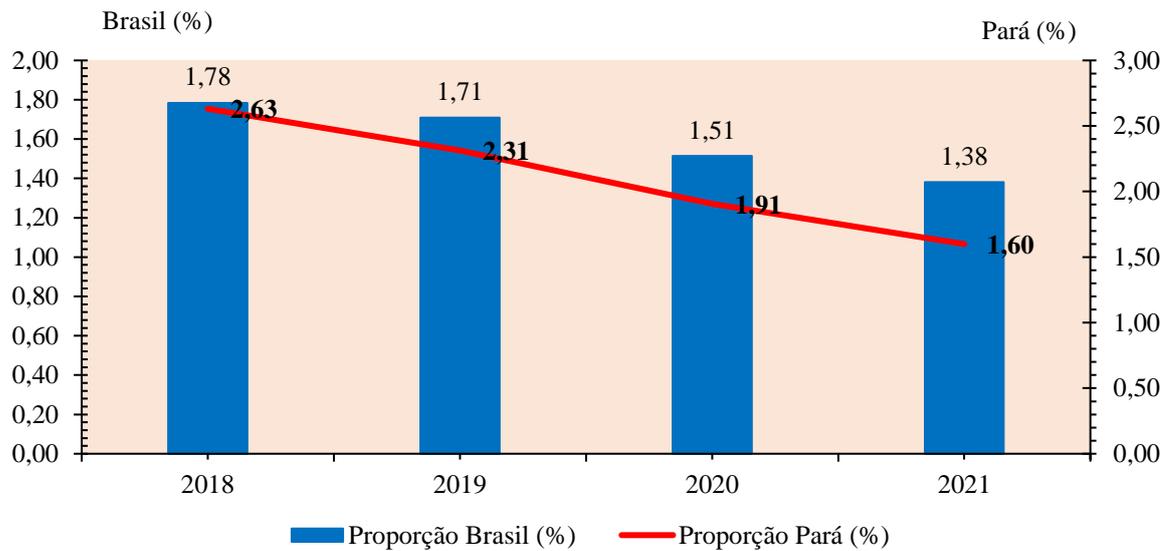
Diante de um cenário de grandes desafios impostos à educação no Brasil, compete ao Estado elaboração e implantação de políticas públicas capazes de promover a qualidade educacional que garanta ao indivíduo o desenvolvimento em sociedade. É necessário, portanto, uma atenção especial e estratégica para que as gestões do Poder Executivo e outros setores políticos compreendam a necessidade de trabalhar os desafios implícitos da educação básica.

O período da pandemia da Covid-19, que começou no final do ano de 2019 na Ásia e se propagou no Brasil a partir de 2020, provocou a necessidade de mudanças em hábitos cotidianos para a preservação da saúde de todos. Neste contexto, o processo de educação no Brasil se viu diante de uma crise sanitária de nível global, com repercussão nas áreas econômica e social, mostrando que a educação foi fortemente afetada com prejuízos pedagógicos intensos devido, dentre outros fatores, à imposição do isolamento social e ao aumento das desigualdades dos sistemas educacionais públicos no Brasil.

Considerando as despesas orçamentárias do governo brasileiro destinadas à educação, observamos que a proporção de gastos em relação ao Produto Interno Bruto — PIB sofreu uma sequência de quedas de 2018 a 2021, tanto no Brasil quanto no Pará, conforme mostra o Gráfico 01. Segundo o Finanças do Brasil — Finbra, que representa a base de dados contábeis e fiscais dos entes federativos, os gastos com a educação no Brasil caíram cerca de 0,4 p.p. em quatro anos, passando de 1,78% (2018) para 1,38% (2021). No estado do Pará, essa proporção teve um decréscimo de 1,03 p.p. no mesmo período, passando de 2,63% (2018) para 1,60% (2021).



Gráfico 01 – Proporção dos gastos com educação em relação ao PIB – Brasil x Pará, 2018–2021.



Fonte: Finbra/STN e IBGE, 2021.

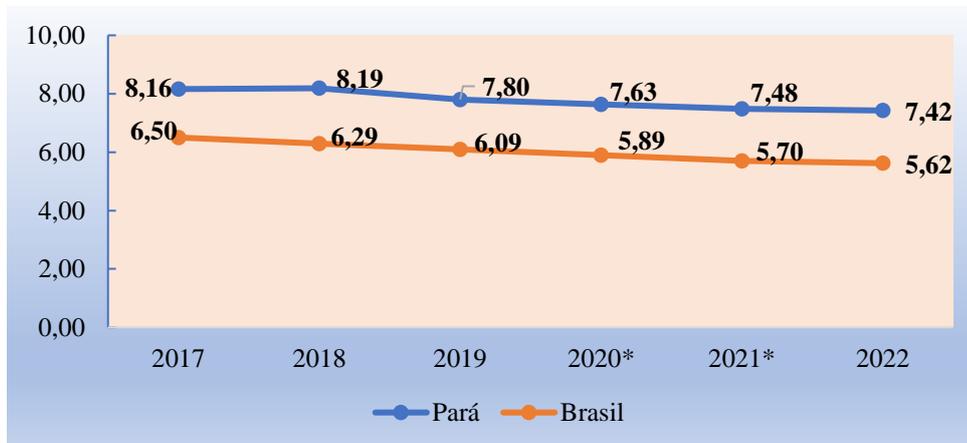
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2023.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA a preços de dez/2021.

Nota*: é importante ressaltar que o PIB possui uma defasagem temporal de 2 anos, logo, até o momento da coleta destes dados, os dados de 2023 não haviam sido divulgados.

Considerando a taxa de evolução do analfabetismo no cenário nacional e paraense, de acordo com os dados apresentados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática — Sidra no período de 2017 a 2022, pode-se observar que no estado houve um pequeno crescimento nos índices de analfabetismo, de cerca de 0,3 p.p. de 2017 a 2018. Nos anos seguintes, os índices apresentaram decréscimo gradual, com diferença de 0,77 p.p., passando de 8,19% em 2018 para 7,42% em 2022. Em comparação aos dados de analfabetismo no país, o Brasil apresentou um recuo de 0,88 p.p. no período, passando de 6,50% (2017) para 5,62% (2022), conforme o Gráfico 02.

Gráfico 02 – Evolução da taxa de analfabetismo (%) – Brasil e Pará, 2017–2022.



Fonte: IBGE/SIDRA – PNADC/A (2017–2022).

Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Nota*: dados sobre a população nos anos de 2020* e 2021* não foram divulgados pelo IBGE/SIDRA, logo calculou-se estimativas populacionais através do método de previsão linear.



Neste contexto, a proposta deste Boletim da Educação é fornecer informações que sirvam como instrumento de consulta e de acompanhamento da evolução da qualidade da educação no estado do Pará, proporcionando um debate que enriqueça a compreensão sobre o quadro atual e as perspectivas futuras no ensino que é oferecido às crianças e aos jovens de todo o Pará.

Elaborado pela Fapespa, o Boletim da Educação 2024 apresenta resultados da análise do cenário da educação no estado do Pará e destaca as dificuldades e desafios enfrentados pelo sistema educacional paraense para se adaptar à emergência sanitária da pandemia de Covid-19. Toma por base dados de indicadores de fontes oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O estudo apresenta ainda uma síntese das informações resultantes da Sinopse Estatística da Educação Básica 2019–2022, através dos dados do Censo Escolar da Educação Básica para 2019–2022, com informações gerais sobre as matrículas da educação no Pará e suas Regiões de Integração — RI. A evolução dos indicadores educacionais do Pará é analisada face ao contexto das mudanças ocorridas na educação durante o período de 2019 a 2022.

O Boletim da Educação 2024 foi estruturado em oito capítulos que abordam os principais indicadores relacionados à educação básica; ao ensino superior; ao saneamento básico e à acessibilidade nos estabelecimentos de ensino; e ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — Ideb. Deste modo, apresenta-se a evolução de alguns indicadores, possibilitando traçar algumas tendências por tipo de rede de ensino, com enfoque na rede pública.

Esta pesquisa é importante na medida em que proporciona aos gestores informações sobre o atendimento da educação básica em todas as suas etapas e modalidades de ensino de forma a subsidiá-los na elaboração de políticas públicas adequadas à comunidade.



CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação básica é a primeira etapa da formação escolar formal de qualquer cidadão e é constituída por três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A partir dos quatro anos de idade, a educação básica é obrigatória, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e tem como objetivo “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, segundo o artigo 22 da referida lei.

Neste sentido, é importante dizer que a educação básica é fundamental para o processo de formação de cada cidadão e importante para o desenvolvimento da nossa sociedade, sendo um dos principais meios de aquisição e construção de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e convívio social.

O período de 2019 a 2022 foi significativo para os estabelecimentos de ensino em todo o Brasil, caracterizando-se por diversos desafios e transformações importantes no cenário educacional. Neste contexto de transformações, o período analisado foi moldado por uma combinação de fatores políticos, sociais e, sobretudo, pela pandemia de Covid-19, que impôs mudanças importantes na forma como a educação era concebida e entregue.

Os principais desafios e adaptações enfrentados pela educação básica mostraram que o Brasil já enfrentava dificuldades educacionais recorrentes, como disparidades regionais na qualidade do ensino, infraestrutura deficiente em muitas escolas e a necessidade de melhorar a formação e valorização dos profissionais da educação. No entanto, a chegada da pandemia em 2020 acentuou essas questões, fechando escolas e forçando o sistema educacional a se reinventar rapidamente.

Deste modo, a implementação do ensino remoto emergencial tornou-se a solução imediata para a continuidade do processo educativo. Esta transição, porém, destacou a profunda desigualdade no acesso à tecnologia e à internet, afetando desproporcionalmente estudantes de baixa renda e de áreas rurais, e evidenciou a falta de preparo de muitos educadores para o uso efetivo de ferramentas digitais em suas práticas pedagógicas.

Apesar dos obstáculos impostos ao setor educacional, o período trouxe também inovação e resiliência. Muitos estabelecimentos de ensino, especialmente na rede privada, mas também na pública, conseguiram adaptar-se, incorporando tecnologias de ensino à distância e desenvolvendo métodos pedagógicos mais flexíveis.

Contudo, a crise sanitária impulsionou uma reflexão profunda sobre o papel da escola na sociedade e sobre as competências necessárias para o futuro do ensino-aprendizagem, incluindo a



aprendizagem autônoma, o pensamento crítico e a adaptabilidade. Além disso, reforçou a importância do bem-estar emocional de alunos e professores, levando muitas instituições a integrarem práticas de apoio psicológico em seus currículos.

Com o avanço da vacinação e a diminuição dos casos de Covid-19, foi possível o retorno gradual às aulas presenciais em 2021 e 2022, período que apresentou grandes desafios como a recuperação das aprendizagens perdidas e reajuste dos métodos pedagógicos à nova realidade híbrida de ensino, combinando práticas presenciais e remotas. Neste contexto, é importante reconhecer a crescente necessidade de se investir mais na educação, tanto em infraestrutura física e tecnológica quanto em formação de educadores.

Este capítulo agrupa informações importantes do cenário da educação básica no estado do Pará. O objetivo é apresentar dados que possam mostrar como a educação básica tem passado pelos vários desafios significativos no cenário de pós-pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos através de indicadores como o número de estabelecimentos e evolução no número de matrículas em variação e participação, por etapa de ensino e RI.

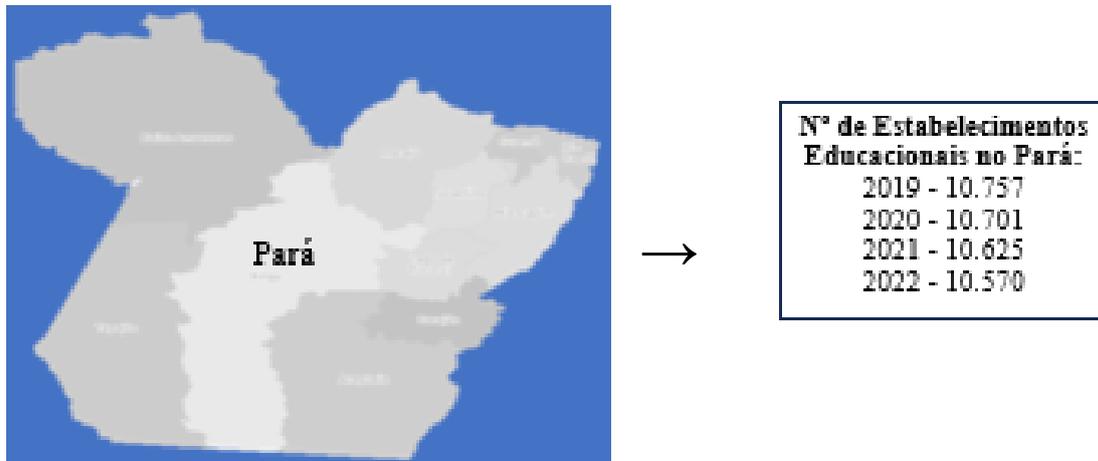
1.1 Estabelecimentos de Ensino da Educação Básica

Embora os dados específicos sobre o número de estabelecimentos de educação básica no Pará variem, é importante notar que o estado, com sua vasta geografia e desigualdades regionais, tem enfrentado desafios históricos em garantir a cobertura educacional uniforme, especialmente em áreas rurais e remotas.

De acordo com os resultados do levantamento estatístico, o número de estabelecimentos da educação básica no Pará era de 10.757 estabelecimentos em 2019. Nos anos seguintes, esse número registrou queda consecutiva, chegando a 10.570 no ano de 2022, uma diminuição de 187 estabelecimentos de ensino em quatro anos (Figura 01).



Figura 01 – Número de estabelecimentos de educação básica no estado do Pará – 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019–2022.
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais — CES, 2023.
Nota: o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa de ensino.

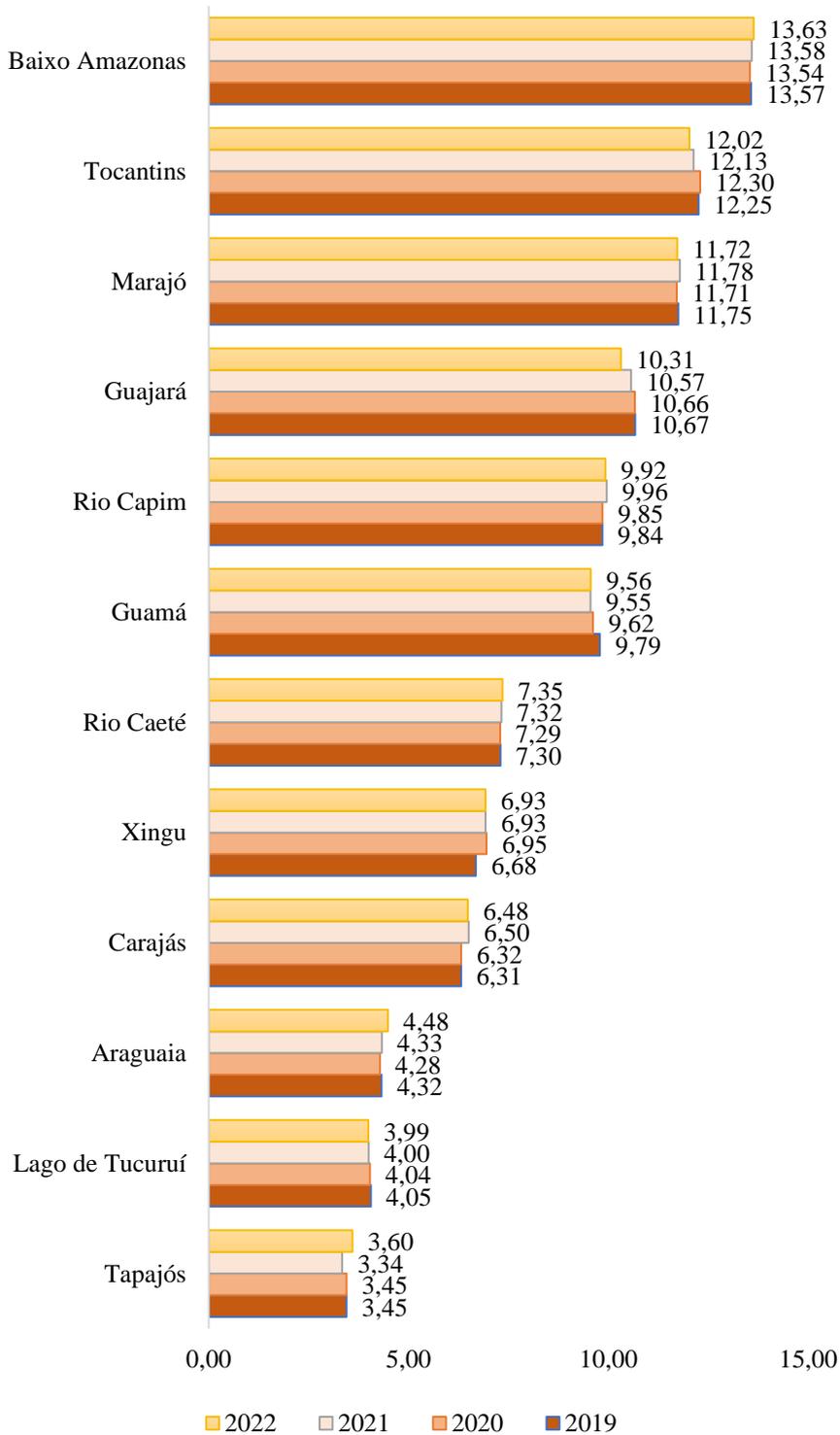
Levando em consideração a distribuição de estabelecimentos de ensino da educação básica entre as RIs no período de 2019 a 2022, com ilustração no Gráfico 03, observou-se que a maioria dos estabelecimentos estava concentrada na RI Baixo Amazonas, com cerca de 13,50% dos estabelecimentos, tendo alcançado o maior percentual dentre as regiões, o equivalente a 13,63%, no ano de 2022.

Em seguida, assumindo o segundo lugar, aparece a RI Tocantins, com um percentual de cerca de 12% dos estabelecimentos, tendo alcançado sua maior concentração no ano de 2020, com um total de 12,30% dos estabelecimentos de ensino. Em terceiro lugar aparece a RI Marajó, com uma concentração de aproximadamente 11,70%, tendo sua maior concentração acontecido no ano de 2021, com 11,78% dos estabelecimentos. Em quarto lugar está a RI Guajará, da qual Belém faz parte, com concentração de estabelecimentos de aproximadamente 10,5% durante os quatro anos selecionados e maior concentração no ano de 2019, com um total de 10,67% dos estabelecimentos.

As três RIs com menor concentração percentual de estabelecimentos de ensino no estado do Pará foram: Araguaia, com aproximadamente 4,3%; Lago de Tucuruí, que variou entre 3% e 4%; e Tapajós, que variou de 3,30% a 3,60% (Gráfico 03).



Gráfico 03 – Percentual de estabelecimentos de educação básica por RI – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais — CES, 2023.

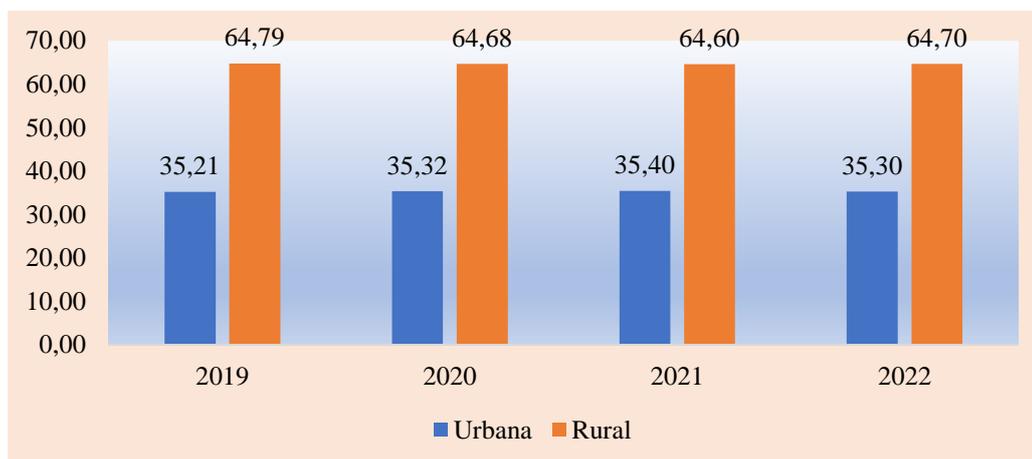
Nota: o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa de ensino.



Em se tratando de distribuição de estabelecimentos de ensino de educação básica por localização urbana ou rural, de acordo com o Gráfico 04, evidencia-se que o maior percentual de estabelecimentos está na área rural, com percentuais que variam entre 64,60% e 64,79% nos quatro anos destacados. Quanto aos estabelecimentos localizados em áreas urbanas, estes apresentaram um pequeno crescimento de 0,09 p.p. entre 2019 e 2022, com percentuais entre 35,21% e 35,30%.

É necessário destacar também que na área rural o percentual de estabelecimentos apresentou queda entre os anos de 2019 (64,79%) e 2021 (64,60%), voltando a crescer em 2022 (64,70%). O contrário aconteceu com o percentual de estabelecimentos na área urbana, que apresentou constante crescimento de 2019 (35,21%) a 2021 (35,4%), com queda para 35,30% em 2022.

Gráfico 04 – Percentual de estabelecimentos de educação básica no estado do Pará por localização - 2019 – 2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais — CES, 2023.

1.2 Matrículas da Educação Básica

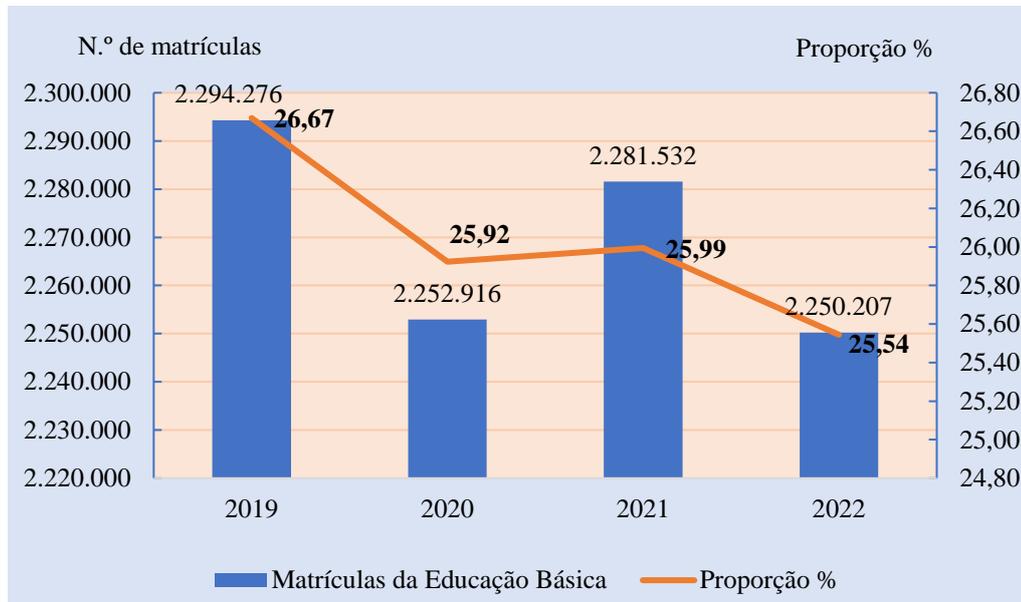
Durante o período de 2019 a 2022, o panorama das matrículas na educação básica no Pará foi marcado por uma série de desafios e adaptações. O impacto causado pela pandemia ocasionou o fechamento temporário de escolas em todo o estado e a transição para o ensino remoto. Esse cenário trouxe consigo uma diminuição no número de matrículas em algumas regiões devido à dificuldade de acesso à educação a distância para todos os estudantes, especialmente aqueles de comunidades mais vulneráveis.

Ao analisar a evolução do número de matrículas na educação básica e sua proporção em relação à população no estado do Pará (Gráfico 05), observa-se que fica evidente a tendência de queda no período de 2019 a 2022. O número de matrículas em 2019 era de 2.294.276, o que correspondia, naquele ano, a 26,67% do total de matrículas na educação básica no território paraense. No ano seguinte, em



que a pandemia da Covid-19 dava indícios de crescimento em todo o mundo, o número de matrículas passou por um processo de declínio, chegando a 25,92% de proporção populacional, com 2.252.916 matrículas.

Gráfico 05 – Evolução do número de matrículas na educação básica e sua proporção em relação à população do Pará – 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Em 2021 o número de matrículas cresceu discretamente 0,07 p.p. e chegou a um total de 2.281.532 matrículas, com uma proporção de 25,99%. Porém, em 2022 o número de matrículas voltou a cair, alcançando uma proporção de 25,54%, e chegou ao final de 2022 com 2.250.207 matrículas, menor 0,45 p.p. em relação ao ano anterior.

1.2.1 – Matrículas por Etapa de Ensino

No que diz respeito às variações no número de matrículas da educação básica, podemos observar na Tabela 01 que todas as etapas de ensino tiveram variação negativa entre 2019 e 2020. Na educação infantil, a variação foi de -0,69%; no ensino fundamental, que agrupa as matrículas do ensino regular e da educação de jovens e adultos — EJA, a variação foi de -1,95%; no ensino médio, foi de -1,40%; e o ensino técnico profissionalizante apresentou a maior variação negativa, com -11,06% de matrículas.

Entre 2020 e 2021, a variação no número de matrículas começou a apresentar recuperação nas etapas do ensino médio, com alta de 9,17%, e do ensino técnico profissionalizante, com crescimento de 10,32%. Continuaram negativas as variações do ensino infantil (-3,17%) e do ensino fundamental (-



0,09%). De 2021 a 2022, o ensino infantil recuperou um pouco seu número de matrículas, com uma variação de 7,09%, juntamente com o ensino técnico profissionalizante, que cresceu 16,60%. O ensino fundamental fechou o período com variação negativa de -1,88% e o ensino médio, de -6,86%.

Tabela 01 – Número de matrículas e variação (%) na educação básica por etapa de ensino no Pará – 2019–2022.

Etapas de Ensino	2019	2020	2021	2022	var. % (2019/2020)	var. % (2020/2021)	var. % (2021/2022)
Total Geral	2.294.276	2.252.916	2.281.532	2.250.207	-1,80	1,27	-1,37
Educação Infantil	320.527	318.301	308.213	330.073	-0,69	-3,17	7,09
Ensino Fundamental*	1.532.144	1.502.326	1.501.047	1.472.834	-1,95	-0,09	-1,88
Ensino Médio**	409.273	403.532	440.546	410.307	-1,40	9,17	-6,86
Ensino Técnico Profissionalizante***	32.332	28.757	31726	36.993	-11,06	10,32	16,60

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).

Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Nota*: o número de matrículas do ensino fundamental representa a soma das matrículas do ensino fundamental regular e EJA – Fundamental.

Nota**: o número de matrículas do ensino médio representa a soma das matrículas do ensino médio regular e EJA – Médio;

Nota***: o número de matrículas do ensino técnico profissionalizante representa a soma das matrículas do curso técnico concomitante, do curso técnico subsequente e do curso FIC12 concomitante.

O percentual de participação em número de matrículas na educação básica, em relação às etapas de ensino, no período de 2019 a 2022, conforme a Tabela 02, mostra que a primeira etapa, ensino infantil, apresentou uma oscilação em participação, com máxima de 14,67% em 2022 e mínima de 13,51% em 2021. No ensino fundamental, a participação apresentou mínima de 65,45% em 2022 e máxima de 66,78% em 2019. No ensino médio, a participação ficou abaixo de 20%, com mínima de 17,84% em 2019 e máxima de 19,31% em 2021. O ensino técnico profissionalizante apresentou menor participação, com mínima de 1,28% em 2020 e máxima de 1,64% em 2022.

Tabela 02 – Participação (%) do número de matrículas na educação básica por etapa de ensino no Pará – 2019–2022.

Etapas de Ensino	2019	2020	2021	2022
Part. (%) Total Pará	100,00	100,00	100,00	100,00
Part. (%) Educação Infantil	13,97	14,13	13,51	14,67
Part. (%) Ensino Fundamental	66,78	66,68	65,79	65,45
Part. (%) Ensino Médio	17,84	17,91	19,31	18,23
Part. (%) Técnico Profissionalizante	1,41	1,28	1,39	1,64

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).

Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.



1.2.2 – Matrículas por Modalidade de Ensino

Com relação ao número de matrículas e a participação percentual por modalidade de ensino, no período de 2019 a 2022, nota-se que a modalidade com a maior participação foi a EJA, que alcançou destaque significativo em relação às demais modalidades ao registrar cerca de 160 mil matrículas, com margem de participação de aproximadamente 7% ao ano. Em seguida aparece a modalidade da educação especial, que apresentou crescimento progressivo de cerca de 12 mil matrículas em 4 anos (Tabela 03).

A modalidade de educação profissional em formação inicial continuada (FIC) apresentou a menor participação entre as modalidades, tendo 0,05% de participação em 2019, e apresentou declínio nos anos seguintes, chegando a 0,02% em 2021, recuperando o crescimento em 2022, voltando a 0,05%. O Pará registrou média percentual de 10,82% de participação em matrículas por modalidades de ensino (Tabela 03). Cabe ressaltar que o período pandêmico contribuiu para o aumento no número de matrículas, principalmente quando os cursos passaram a admitir a modalidade de educação a distância (EAD).

Tabela 03 – Número de matrículas e participação (%) na educação básica por modalidade de ensino no Pará – 2019–2022.

Modalidade de Ensino	Número de Matrículas por Modalidade				Part. % por Modalidade de Ensino			
	2019	2020	2021	2022	2019	2020	2021	2022
Total Pará	249.218	238.936	248.059	246.221	10,86	10,61	10,87	10,94
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	31.099	27.967	31.273	35.907	1,36	1,24	1,37	1,60
Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)	1.233	790	453	1.086	0,05	0,04	0,02	0,05
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	166.647	157.400	160.007	146.732	7,26	6,99	7,01	6,52
Educação Especial	50.239	52.779	56.326	62.496	2,19	2,34	2,47	2,78

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

1.2.3 – Matrículas por RI

Esta seção traz uma análise da variação e da participação do número de matrículas na educação básica quanto às RIs, nos anos de 2019 e 2022 (Tabela 04). Nela, observa-se que a RI Marajó apresentou a maior variação percentual em 2022 em relação a 2019, alcançando 7,03%, seguida pelas RIs Carajás (5,21%) e Tapajós (4,81%). As RIs Guajará, Lago de Tucuruí e Rio Caeté foram as que sofreram a maior variação negativa no número de matrículas, apresentando -8,53%, -7,07% e -5,93%, sequencialmente.



Quanto ao percentual de participação em número de matrículas, observa-se que as regiões com maior destaque positivo em 2022 foram Guajará (19,33%), seguida da RI Tocantins (11,39%) e RI Baixo Amazonas (10,48%). As menores participações foram registradas pelas RIs Tapajós (3,13%) e Xingu (5,25%).

Tabela 04 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) na educação básica por RI – Pará, 2019–2022.

RI	2019	2022	Var. (%) (2019–2022)	Part. (%) 2022
Total Pará	2.294.276	2.250.207	-1,92	100
Araguaia	124.318	127.230	2,34	5,65
Baixo Amazonas	241.441	235.907	-2,29	10,48
Carajás	205.206	215.899	5,21	9,59
Guajará	475.437	434.865	-8,53	19,33
Guamá	189.529	184.217	-2,8	8,19
Lago de Tucuruí	101.285	94.129	-7,07	4,18
Marajó	183.872	196.803	7,03	8,75
Rio Caeté	150.550	141.615	-5,93	6,29
Rio Capim	181.082	174.732	-3,51	7,77
Tapajós	67.143	70.371	4,81	3,13
Tocantins	258.698	256.399	-0,89	11,39
Xingu	115.715	118.040	2,01	5,25

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

1.2.4 – Municípios com maior número de matrículas

A Tabela 05 ilustra os dez municípios paraenses com maior número de matrículas. A maior concentração, em números absolutos, encontra-se em Belém e Ananindeua, onde, apesar de os números superarem 100 mil matrículas, os dados mostram impacto negativo em termos de variação, com -10,01% e -7,83%, respectivamente, sendo estes também os municípios que obtiveram maior variação percentual. Em contrapartida, os municípios de Breves e Parauapebas alcançaram os maiores resultados, com variação positiva de 16,90% e 9,36% em 2022, na mesma ordem.

Quanto à participação dos municípios no Pará, os dados mostram que os municípios de Belém, Ananindeua e Santarém obtiveram melhor desempenho em 2022. Belém obteve 12,20%; Ananindeua, 4,69%; e Santarém alcançou 4,42%. As menores participações foram dos municípios de Barcarena (1,68%), Cametá (1,84%) e Breves (1,92%).



Tabela 05 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) na educação básica dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas – 2019–2022.

Municípios	2019	2022	Var. (%)	Part. (%) 2022
Total Pará	2.294.276	2.250.207	-1,92	100,00
Belém	304.990	274.462	-10,01	12,20
Ananindeua	114.448	105.482	-7,83	4,69
Santarém	101.722	99.559	-2,13	4,42
Marabá	75.266	74.024	-1,65	3,29
Parauapebas	67.562	73.883	9,36	3,28
Castanhal	53.483	53.957	0,89	2,40
Abaetetuba	47.452	46.642	-1,71	2,07
Breves	36.999	43.251	16,90	1,92
Cametá	42.749	41.512	-2,89	1,84
Barcarena	35.784	37.874	5,84	1,68
Outros	1.413.821	1.399.561	-1,01	62,20

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

CAPÍTULO 2 – EDUCAÇÃO INFANTIL

O direito à educação infantil em creches e pré-escolas é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e essencial para o aprendizado, socialização e cuidado, além de contribuir para a igualdade de oportunidades desde os primeiros anos de vida. Garantir o acesso universal e de qualidade a esses serviços é essencial para promover a equidade e o desenvolvimento saudável das crianças, preparando-as para uma vida escolar bem-sucedida e para o pleno exercício da cidadania.

As etapas da educação infantil abrangem desde os bebês até as crianças de 5 anos de idade e cada etapa tem o objetivo principal de auxiliar em suas habilidades, incluindo as cognitivas e pedagógicas. Nas creches são atendidas crianças de 0 a 3 anos, oferecendo cuidados básicos e estímulos adequados ao seu desenvolvimento, enquanto as pré-escolas são voltadas para crianças de 4 a 5 anos, tendo como objetivo prepará-las para a entrada no ensino fundamental, estimulando sua curiosidade, criatividade e habilidades sociais.

A educação infantil no estado do Pará passa por vários desafios de qualidade e infraestrutura. Para enfrentar tais desafios foram adotadas algumas medidas pelo governo federal; uma delas foi a sanção da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação — PNE 2014–2024, com vigência de 10 anos. O PNE dispõe de 20 metas, sendo a primeira voltada para a educação básica, com a proposição de universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos



de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2024, ambas ainda não alcançadas.

2.1 Estabelecimentos e Matrículas na Educação Infantil

Na educação infantil, que compreende a primeira fase da educação básica, a oferta de estabelecimentos e matrículas é crucial para o desenvolvimento integral das crianças. Entre 2019 e 2022, o Brasil e o Pará realizaram esforços significativos na intenção de expandir o acesso a essa etapa de ensino. Embora tenha havido um declínio temporário nas matrículas devido às incertezas e restrições impostas pela pandemia, também houve um reconhecimento crescente da importância da educação infantil como um alicerce essencial para o sucesso educacional futuro.

De 2019 a 2022, observou-se um esforço contínuo para ampliar o acesso a creches e pré-escolas, visando atender à demanda crescente por educação infantil de qualidade. No entanto, desafios persistem, especialmente em regiões mais carentes, onde a oferta de vagas ainda é insuficiente para atender a toda a demanda. Além disso, a expansão de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) contribuiu para fortalecer a oferta de serviços integrados às escolas de educação infantil, promovendo o desenvolvimento saudável e integral das crianças desde os primeiros anos de vida.

Neste sentido, os números da educação infantil, apresentados na Tabela 06, mostram a distribuição dos estabelecimentos de acordo com a localização e entre as esferas administrativas no Pará. Nota-se maior concentração de estabelecimentos de ensino infantil na área rural e na esfera municipal. A segunda maior concentração está na esfera privada para a área urbana e na esfera estadual para a área rural.

Quanto à variação percentual na área urbana, observou-se que a esfera municipal registrou crescimento de 0,18% entre 2019 e 2022, e a esfera privada apresentou impacto negativo de -6,11% no mesmo período. Com relação à área rural, a variação foi de 4,03% na esfera municipal e de 36,36% na estadual, enquanto a esfera privada sofreu impacto negativo de -16,67% em sua variação.

Referente à participação em números de estabelecimentos do ensino infantil na área urbana, o melhor desempenho foi da esfera municipal, com 15,67% de participação, seguida da esfera privada, com 9,18%, em relação ao ano de 2022. Na área rural, a esfera municipal obteve a maior participação em 2022, correspondente a 74,85%, enquanto nas esferas estadual e privada o percentual de participação chegaram a 0,21% e 0,07%, respectivamente. Destaca-se, portanto, que as crianças da área rural são mais dependentes do serviço público voltado para esta etapa da educação.



Tabela 06 – Número de estabelecimentos, variação (%) e participação (%) da educação infantil por localização e esfera administrativa no Pará – 2019–2022.

Localização	Esferas Administrativas	2019	2022	Var. %	Part. % 2022
Total Pará		7.028	7.200	2,45	100,00
urbana	Federal	1	1	0,00	0,01
	Estadual	-	1	0,00	0,01
	Municipal	1.126	1.128	0,18	15,67
	Privada	704	661	-6,11	9,18
Subtotal		1.831	1.791	-2,18	24,88
rural	Federal	-	-	-	-
	Estadual	11	15	36,36	0,21
	Municipal	5.180	5.389	4,03	74,85
	Privada	6	5	-16,67	0,07
Subtotal		5.197	5.409	4,08	75,13

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais — CES, 2023.

Nota: é importante ressaltar que alguns estabelecimentos que ofertam educação infantil também ofertam ensino fundamental, logo nem todos os 7.028 estabelecimentos de 2019 e os 7.200 de 2022 são exclusivos da educação infantil.

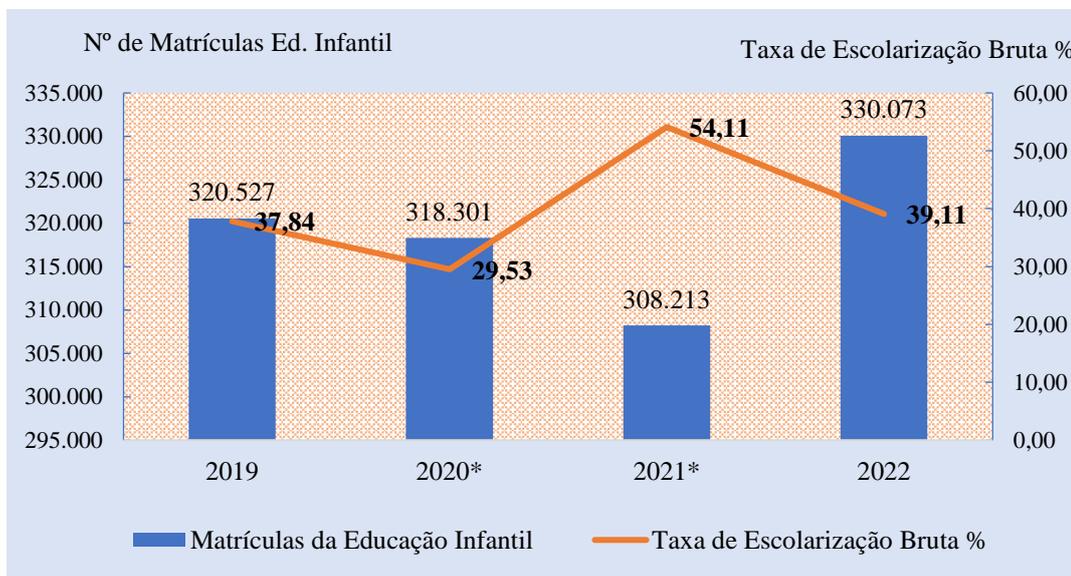
2.1.1 – Matrículas e Taxa de Escolarização

No período de 2019 a 2022, o estado do Pará enfrentou desafios significativos em relação às matrículas e à taxa de escolarização. O contexto de pandemia impactou negativamente a frequência escolar, levando à diminuição nas matrículas e impulsionando esforços para promover a inclusão digital e garantir a continuidade do ensino, especialmente em áreas remotas. Programas de incentivo à permanência escolar e investimentos em infraestrutura educacional também foram implementados para melhorar a taxa de escolarização, visando assegurar o acesso à educação básica para todos os paraenses.

Conforme ilustra o Gráfico 06, o número de matrículas na educação infantil, nas faixas de 0 a 3 e de 4 a 5 anos de idade, apresentou diminuição progressiva entre 2019 e 2021, passando de 320.527 para 308.213 matrículas, voltando a crescer em 2022, quando alcançou o total de 330.073 matrículas. Com relação à proporção da taxa de escolarização bruta, o ensino infantil apresentou um recuo na escolarização de 8,31% entre 2019 e 2020, voltando a crescer em 2021, chegando a 54,11%. Isso pode ser entendido como um bom desempenho em meio ao período pandêmico; no entanto, no ano seguinte, em 2022, a proporção de escolarização perde 15%, chegando a 39,11% de taxa de escolarização.



Gráfico 06 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização bruta da educação infantil no Pará – 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/IBGE – SIDRA (2019–2022).

Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Nota*: dados sobre a população nas faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos não foram divulgados pelo IBGE/SIDRA nos anos de 2020* e 2021*, logo calculou-se, para estas faixas etárias, estimativas populacionais através de métodos de previsão linear.

2.1.2 – Matrículas por etapas de ensino

Os dados referentes às matrículas por etapas no ensino infantil no Pará mostraram que em 2022 foram registradas 330.073 matrículas em creches e pré-escolas, 9.546 a mais em comparação com o ano de 2019. O quantitativo referente à pré-escola é superior ao de creches, com diferença superior a 200% em todos os anos analisados na Tabela 7.

Nas creches o número de matrículas apresentou crescimento constante, com variação de 1,04% entre 2019 e 2020; 0,82% entre 2020 e 2021; e 18,71% entre 2021 e 2022. Por outro lado, na pré-escola a variação registrou decréscimo e -1,28% de 2019 a 2020 e de -4,54% entre 2020 e 2021. Entre 2021 e 2022, esta etapa obteve crescimento de 2,87%.

Tabela 07 – Número de matrículas e variação (%) da educação infantil por etapa de ensino no Pará – 2019–2022.

Educação Infantil	2019	2020	2021	2022	var. % (2019/2020)	var. % (2020/2021)	var. % (2021/2022)
Creche	80.708	81.549	82.217	97.601	1,04	0,82	18,71
Pré-escola	239.819	236.752	225.996	232.472	-1,28	-4,54	2,87
Total	320.527	318.301	308.213	330.073	-0,69	-3,17	7,09

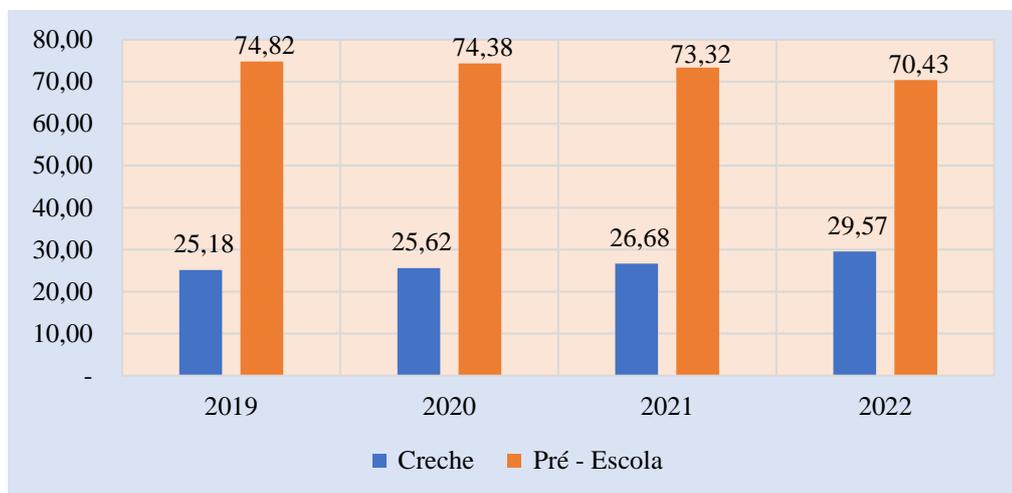
Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).

Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.



O Gráfico 07 registra a participação percentual do número de matrículas na educação infantil, segundo os dados do Inep (2019–2022), entre creches e pré-escolas. A participação nas matrículas em 2019 era 25,18% de creches e 74,82% de pré-escolas. Em 2020 a participação de creches cresceu para 25,62% enquanto o número de participação de pré-escolas diminuiu para 74,38%. Em 2021 a participação de creches cresceu para 26,68%, e das pré-escolas diminuiu para 73,32%. Em 2022 as creches aumentaram para 29,57% de participação e as pré-escolas diminuíram para 70,43%. Vê-se discreto aumento na participação das creches e diminuição das pré-escolas no decorrer da série histórica.

Gráfico 07 – Participação (%) do número de matrículas da educação infantil, por etapa de ensino no Pará – 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

2.1.3 – Matrículas por RI

Entre 2019 e 2022, o maior volume de matrículas foi registrado na RI Guajará, cuja participação foi de 16,11% em 2022, mesmo com a redução de 1.593 matrículas no período. Na RI Tocantins, observou-se aumento de 2.287 matrículas, correspondendo a uma participação de 12,09%, a segunda maior para este ano. Em seguida aparece a RI Baixo Amazonas, com participação de 10,77% e crescimento de 778 matrículas. Considerando a evolução das matrículas por RI, verificou-se que o volume de matrículas na educação infantil aumentou 2,98%, passando de 320.527 em 2019 para 330.073 em 2022.

As RIs com maior variação foram Marajó, em primeiro lugar, com variação de 14,54%; Tapajós, com 12,48%; Araguaia, com variação de 7,95%; e Tocantins, que alcançou 6,08%. Apenas quatro RIs



apresentaram variação negativa em relação ao número de matrículas: Lago de Tucuruí (-5,87%), Rio Caeté (-2,96%), Guajará (-2,91%) e Xingu (-1,92%).

Tabela 08 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação infantil por RI – Pará, 2019–2022.

RI	2019	2022	Var. (%)	Part. (%) 2022
Total Pará	320.527	330.073	2,98	100,00
Araguaia	20.942	22.606	7,95	6,85
Baixo Amazonas	34.785	35.563	2,24	10,77
Carajás	31.939	33.578	5,13	10,17
Guajará	54.765	53.172	-2,91	16,11
Guamá	25.602	26.125	2,04	7,91
Lago de Tucuruí	14.468	13.619	-5,87	4,13
Marajó	23.952	27.434	14,54	8,31
Rio Caeté	20.491	19.885	-2,96	6,02
Rio Capim	26.713	27.837	4,21	8,43
Tapajós	11.516	12.953	12,48	3,92
Tocantins	37.613	39.900	6,08	12,09
Xingu	17.741	17.401	-1,92	5,27

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

2.1.4 – Municípios com maior número de matrículas

Dentre os dez municípios com maior número de matrículas na educação infantil, as primeiras colocações são ocupadas por Belém (9,46%), seguido de Santarém (4,77%), Ananindeua (3,97%) e Marabá (3,40%). Considerando a variação percentual, destaca-se o município de Breves, com variação de 42,31%, apesar de não ter o maior número de matrículas; em seguida aparece o município de Itaituba, que registrou variação de 12,15%. O município de Belém, que comporta o maior número de matrículas em todo o estado do Pará, teve resultado negativo, com variação de -5,45%, equivalente a 1.801 matrículas a menos nesse período.

Tabela 09 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação infantil dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa de ensino – 2019–2022.

Municípios	2019	2022	Var. (%)	Part. (%) 2022
Total Pará	320.527	330.073	2,98	100,00
Belém	33.019	31.218	-5,45	9,46
Santarém	15.281	15.750	3,07	4,77
Ananindeua	12.009	12.520	4,26	3,79
Marabá	11.045	11.216	1,55	3,40



Parauapebas	10.804	11.174	3,42	3,39
Abaetetuba	7.250	7.620	5,10	2,31
Itaituba	5.869	6.582	12,15	1,99
Castanhal	6.262	6.409	2,35	1,94
Breves	4.432	6.307	42,31	1,91
Cametá	5.828	6.013	3,17	1,82
Outros	208.728	215.264	3,13	65,22

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica (2019–2022).
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

CAPÍTULO 3 – ENSINO FUNDAMENTAL

O presente capítulo tem a finalidade de explicitar um conjunto de materiais analíticos referentes ao ensino fundamental no estado do Pará, numa ótica de verificação dos dados no âmbito estadual, com explicação da situação da política pública por RI e nos municípios.

3.1 Estabelecimentos e Matrículas no Ensino Fundamental

A partir deste ponto serão apresentados os resultados das análises dos estabelecimentos de ensino fundamental, por localização e esfera administrativa, no território paraense, nos anos de 2019 e 2022. Nesse âmbito, observa-se que o estado, em 2019, disponibilizava 9.359 estabelecimentos e, no ano de 2022, esse número passou a corresponder a 9.096 unidades de ensino de educação fundamental, ou seja, houve um decréscimo, variação de -2,81%.

Quanto à localização dos estabelecimentos de ensino, em relação ao âmbito urbano e rural, foram registradas três unidades de ensino no âmbito urbano, na esfera federal, em 2019 e 2022. Com relação ao espaço rural, identifica-se a inexistência de unidades desta esfera. A respeito da esfera estadual associada ao lugar urbano, foram identificadas 465 unidades em 2019 e 415 em 2022, variação de -10,75% e 4,56% de participação. Quanto ao recinto rural, aponta-se o número de 83 instituições de ensino estaduais em 2019 e 91 em 2022, com variação de acréscimo de 9,64%, apresentando 1% de participação.

Outra esfera em estudo é a municipal, que, na zona urbana, congregou 1.473 unidades de ensino fundamental em 2019 e 1.449 em 2022, uma variação negativa de -1,63% e participação de 15,93%; na zona rural se observa uma cobertura de 6.558 estabelecimentos no primeiro ano, passando para 6.398 no último, com uma variação de decréscimo de -2,44% e participação de 70,34% em relação ao número total de estabelecimentos no estado.



Ressalta-se que os estabelecimentos educacionais de educação básica se distribuem no lócus territorial do Pará, em seus 144 municípios, dos quais 67 estão localizados no âmbito urbano e 77 no âmbito rural. Desta forma, ratifica-se que a maioria dos estabelecimentos estão localizados na zona rural e não urbana¹.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos, variação (%) e participação (%) do ensino fundamental, por localização e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.

Localização	Esferas Administrativas	2019	2022	Var. %	Part. % 2022
Total Pará		9.359	9.096	-2,81	100,00
urbana	Federal	3	3	0,00	0,03
	Estadual	465	415	-10,75	4,56
	Municipal	1.473	1.449	-1,63	15,93
	Privada	768	731	-4,82	8,04
Subtotal		2.709	2.598	-4,10	28,56
rural	Federal	0	0	0,00	0,00
	Estadual	83	91	9,64	1,00
	Municipal	6.558	6.398	-2,44	70,34
	Privada	9	9	0,00	0,10
Subtotal		6.650	6.498	-2,29	71,44

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019–2022.

Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais — CES, 2023.

Nota: é importante ressaltar que alguns estabelecimentos de ensino fundamental também ofertam educação infantil, logo nem todos os 9.359 estabelecimentos de 2019 e os 9.096 de 2022 são exclusivos do ensino fundamental.

3.1.1 – Matrículas e Taxa de Escolarização Líquida

Neste escrito se verifica a evolução das matrículas e da taxa de escolarização no ensino fundamental no Pará. O indicador taxa de escolarização líquida refere-se à razão entre o número de educandos matriculados na idade adequada (6 a 14 anos de idade) para estudar e a população total da mesma faixa etária. Desse modo, a finalidade do indicador é mensurar a proporção de pessoas que ingressam no sistema educacional na idade recomendada.

No que diz respeito ao número de pessoas matriculadas no ano de 2019, foram registradas 1.259.355 matrículas, com taxa de escolarização líquida de 89,25%; em 2020, houve uma queda no número de matrículas para 1.241.385, com taxa de escolarização de 87,59 %; no ano de 2021, o número

¹ Essa classificação pode ser verificada no seguinte link: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15003-ibge-propoe-debate-de-nova-classificacao-para-os-espacos-rurais-e-urbanos#:~:text=S%C3%A3o%20tr%C3%AAs%20crit%C3%A9rios%20b%C3%A1sicos%20para,rurais%E2%80%9D%20ou%20%E2%80%9Cintermedi%C3%A1rios%E2%80%9D>. Acessos em 16 de jan. 2024.



de pessoas matriculadas foi de 1.229.101, com taxa de 86,47%. Por sua vez, em 2022 o número de matriculados foi de 1.217.913, apresentando 90,08% de taxa.

Gráfico 08 – Evolução do número de matrículas do ensino fundamental regular, de pessoas de 6 a 14 anos de idade e sua taxa de escolarização líquida – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/ IBGE - SIDRA, 2019–2022.

Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Nota*: dados sobre a população nas faixas etárias de 6 a 9 anos e de 10 a 14 anos não foram divulgados pelo IBGE/SIDRA nos anos de 2020* e 2021*, logo calculou-se, para estas faixas etárias, estimativas populacionais, através de métodos de previsão linear.

3.1.2 – Matrículas por Etapas de Ensino

As etapas de ensino referem-se à educação que se efetiva mediante aquilo que convencionalmente se chama de escola regular, ou seja, são as unidades de ensino que disponibilizam a educação a partir de seus níveis de ensino em acordo com as faixas etárias estabelecidas e em que o educando deve estar. Nesse bojo tem-se o ensino fundamental regular e a EJA, sendo esta direcionada aos jovens, adultos e idosos que porventura não tiveram acesso à educação básica regular em idade apropriada.

Referente às matrículas realizadas no ensino fundamental em 2019, foram 1.418.496 matrículas, sendo 814.214 nos anos iniciais e 604.282 nos anos finais. A maior participação foi dos anos iniciais, com 57%, e 43% dos anos finais. A respeito da EJA, em 2019 foram 113.648 matriculados, pontuando 7% de participação no montante total do ano. No ano de 2020, o número de matriculados no ensino fundamental foi de 1.394.011, com 789.524 nos anos iniciais e 604.487 nos anos finais. A participação deste ano foi semelhante ao ano anterior, com 57% iniciais e 43% finais. Na EJA, foram 108.315 inscritos, com participação de 7,21%.

Os matriculados no ano de 2021 corresponderam a um total de 1.389.983, com 755.981 nos anos iniciais e 634.002 nos finais, com participação de 54% dos anos iniciais e 46% nos anos finais. A EJA apresentou 111.064 inscritos, com 7,40% de participação. Outro ano em análise é 2022, em que o



ensino fundamental matriculou 1.368.026 pessoas, sendo 736.883 nos anos iniciais e 631.143 nos anos finais, com variação de 54% e 46%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A EJA apresentou 104.808 inscritos, com participação de 7,12%.

Tabela 11 – Número de matrículas do ensino fundamental, por etapa de ensino – Pará, 2019–2022.

Matrículas do Ensino Fundamental Regular e EJA	2019	2020	2021	2022
Anos Iniciais	814.214	789.524	755.981	736.883
Anos Finais	604.282	604.487	634.002	631.143
Subtotal	1.418.496	1.394.011	1.389.983	1.368.026
EJA Fundamental	113.648	108.315	111.064	104.808
Total Geral	1.532.144	1.502.326	1.501.047	1.472.834

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019–2022.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Em síntese, o total de matrículas do ensino fundamental no Pará apresentou, no intervalo dos anos de 2019 a 2022, decréscimo de -3,87%. A seguir vamos verificar esses números em uma estratificação por RI no Pará.

3.1.3 – Matrículas por RI

Outro ângulo de análise do número de matrículas do ensino fundamental, no período de 2019 a 2022, no Pará, refere-se às realizadas nos anos iniciais, em um recorte geográfico por RI, em que a RI Guajará apresentou 149.496 matrículas em 2019 e 134.789 no ano de 2022, variação de -9,84% e apresentando a maior participação entre as RIs, de 18,29%. A RI Tocantins ocupa o segundo lugar entre as RIs com os maiores números de matrículas (94.435 matriculados em 2019 e 81.745 em 2022), variação de -13,44% e participação de 11,09%. Na terceira posição está a RI Baixo Amazonas, com registro de 85.360 matrículas em 2019 e 78.930 em 2022, variação de -7,53% e participação de 10,71%.

As mais baixas participações, ou menores números de matrículas, foram registradas pelas RIs Tapajós (24.023 e 25.024 matrículas na ordem dos anos estudados), com participação de 3,40%; Lago de Tucuruí, que apresentou 36.837 (2019) e passou para 30.714 (2022) pessoas matriculadas, e participação de 4,17%; e Araguaia, com 43.488 (2019) e 41.561 (2022) matriculados, variação negativa de -4,43%, com uma participação de 5,64%.

Com relação à variação percentual, a maioria das regiões apresentou indicador negativo, ou seja, registraram quantidade de matrículas menores. As exceções foram a RI Tapajós, com variação de 4,17%, e a RI Carajás, apontando uma residual variação de aumento de 0,48%. As maiores variações negativas foram registradas na RI Lago de Tucuruí (-16,62%) e na RI Rio Caeté (-14,41%).



Tabela 12 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) dos anos iniciais do ensino fundamental, por RI – Pará, 2019–2022.

RI	Anos Iniciais		Var. %	Par. % 2022
	2019	2022		
Araguaia	43.488	41.561	-4,43	5,64
Baixo Amazonas	85.360	78.930	-7,53	10,71
Carajás	69.752	70.087	0,48	9,51
Guajará	149.496	134.789	-9,84	18,29
Guamá	65.491	56.818	-13,24	7,71
Lago de Tucuruí	36.837	30.714	-16,62	4,17
Marajó	82.187	71.802	-12,64	9,74
Rio Caeté	53.600	45.877	-14,41	6,23
Rio Capim	63.726	54.732	-14,11	7,43
Tapajós	24.023	25.024	4,17	3,40
Tocantins	94.435	81.745	-13,44	11,09
Xingu	45.819	44.804	-2,22	6,08
Total Geral	814.214	736.883	-9,50	100,00

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/IBGE - SIDRA, 2019–2022.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

No que concerne aos anos finais do ensino fundamental, observou-se que o maior quantitativo de matrículas também foi registrado pela RI Guajará, com 123.423 em 2019 e 119.896 no ano de 2022, com participação de 19% neste último ano. Seguidamente esteve a RI Tocantins, onde foram 66.585 matriculados em 2019, passando para 72.805 em 2022, equivalente a 11,54% de participação. A terceira maior participação foi da RI Baixo Amazonas, com 66.739 matrículas em 2019 e 67.922 no ano de 2022, com participação de 9,29% e variação crescente de 1,77%.

As regiões com menores números de matriculados e, portanto, menores participações em relação ao estado foram: RI Tapajós, que fez 16.141 matrículas em 2019 e 17.706 em 2022, com 2,81% de participação; RI Lago de Tucuruí, com 27.534 (2019) e 27.072 (2022) matriculados, participação de 4,29%; e a RI Araguaia, que registrou 32.567 (2019) e 34.195 (2022) matriculados, apresentando participação de 5,42% e variação de 5%.

Na variação percentual das matrículas efetivadas nos anos finais, ao contrário do que ocorreu nos anos iniciais, foram maioria as regiões com indicadores positivos, ou seja, que aumentaram o número de matrículas entre 2019 e 2022. Destacam-se com maior variação positiva as RIs Marajó (22,57%), Tapajós (9,70%) e Tocantins (9,34%). As únicas com variação negativa foram Lago de Tucuruí (-1,68%) e Guajará (-2,86%).



Tabela 13 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) dos anos finais do ensino fundamental, por RI – Pará, 2019–2022.

RI	Anos Finais		Var. %	Par. % 2022
	2019	2022		
Araguaia	32.567	34.195	5,00	5,42
Baixo Amazonas	66.739	67.922	1,77	10,76
Carajás	54.631	58.628	7,32	9,29
Guajará	123.423	119.896	-2,86	19,00
Guamá	48.644	49.501	1,76	7,84
Lago de Tucuruí	27.534	27.072	-1,68	4,29
Marajó	48.034	58.873	22,57	9,33
Rio Caeté	39.490	40.252	1,93	6,38
Rio Capim	47.540	48.467	1,95	7,68
Tapajós	16.141	17.706	9,70	2,81
Tocantins	66.585	72.805	9,34	11,54
Xingu	32.954	35.826	8,72	5,68
Total Geral	604.282	631.143	4,45	100,00

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/IBGE - SIDRA, 2019–2022.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

3.1.4 – Municípios com maior Número de Matrículas

No que concerne aos dez municípios paraenses que apresentaram maior número de matrículas nos anos iniciais, de 2019 e 2022, tem-se o município de Belém ocupando a primeira posição com maior numeral, pois obteve 94.919 matriculados em 2019 e 84.224 no ano de 2022, com participação de 11,43%. Outro destaque foi o município de Ananindeua, que teve 36.737 matriculados em 2019 e 33.427 em 2022, com participação de 4,54% e variação de -9,01%. Em seguida, tem-se Santarém, com 33.324 matrículas em 2019 e 32.459 em 2022, apresentando 4,40% de participação e -2,60% de variação. Nas últimas colocações do *ranking* estão Itaituba, com 12.107 (2019) e 12.642 (2022) matriculados, com 1,72% de participação; e Breves, com 17.915 (2019) e 12.906 (2022) matrículas, com 1,75% de participação.

Com relação à variação percentual, apenas dois municípios registraram movimentação positiva: Parauapebas (8,67%) e Itaituba (4,42%). Dentre os municípios com variação negativa, destacam-se, com maiores perdas, Breves (-27,96%), Cametá (-18,32%) e Belém (-11,27%), todos com percentual superior ao demarcado pelo estado.



Tabela 14 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) dos anos iniciais do ensino fundamental, dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa de ensino – 2019–2022.

Municípios	Anos Iniciais		Var. %	Part. % 2022
	2019	2022		
Total Pará	814.214	736.883	-9,50	100,00
Belém	94.919	84.224	-11,27	11,43
Ananindeua	36.737	33.427	-9,01	4,54
Santarém	33.324	32.459	-2,60	4,40
Parauapebas	22.308	24.242	8,67	3,29
Marabá	25.317	23.836	-5,85	3,23
Castanhal	17.821	16.624	-6,72	2,26
Abaetetuba	15.525	14.364	-7,48	1,95
Cametá	16.168	13.206	-18,32	1,79
Breves	17.915	12.906	-27,96	1,75
Itaituba	12.107	12.642	4,42	1,72
Outros	522.073	468.953	-10,17	63,64

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/IBGE - SIDRA, 2019–2022.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Concernente aos dez municípios com maior número de matrículas do ensino fundamental na etapa dos anos finais, na época de 2019 a 2022, destacam-se com maiores participações, assim como registrado nos anos iniciais, considerando a ordem cronológica dos anos: Belém, com 77.798 e 75.229 matriculados, e 11,92% de participação; Ananindeua, que apresentou 31.346 e 30.318 matrículas, com participação de 4,80%; e Santarém, com 27.116 (2019) e 27.581 (2022) matriculados, com 4,37% de participação. As menores participações foram de Barcarena, que registrou 9.015 (2019) e 11.208 (2022) matrículas, participação de 1,60%; e Abaetetuba, com 11.224 matrículas em 2019 e 11.208 em 2022, com 1,78% de participação.

No que se refere à variação percentual do número de matrículas nesses municípios, seis deles demarcaram crescimento. As variações mais elevadas foram registradas em Breves (86,56%), Parauapebas (13,35%) e Barcarena (11,81%). Por outro lado, as variações negativas, com perdas de matrículas, foram observadas em Abaetetuba (-0,14%), Marabá (-1,08%), Belém (-3,30%) e Ananindeua (-3,35%).



Tabela 15 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) dos anos finais do ensino fundamental, dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa de ensino – 2019–2022.

Municípios	Anos Finais		Var. %	Part. % 2022
	2019	2022		
Total Pará	604.282	631.143	4,45	100,00
Belém	77.798	75.229	-3,30	11,92
Ananindeua	31.368	30.318	-3,35	4,80
Santarém	27.116	27.581	1,71	4,37
Marabá	20.510	20.288	-1,08	3,21
Parauapebas	17.677	20.037	13,35	3,17
Breves	7.640	14.253	86,56	2,26
Castanhal	13.701	13.944	1,77	2,21
Cametá	12.151	13.147	8,20	2,08
Abaetetuba	11.224	11.208	-0,14	1,78
Barcarena	9.015	10.080	11,81	1,60
Outros	376.082	395.058	5,05	62,59

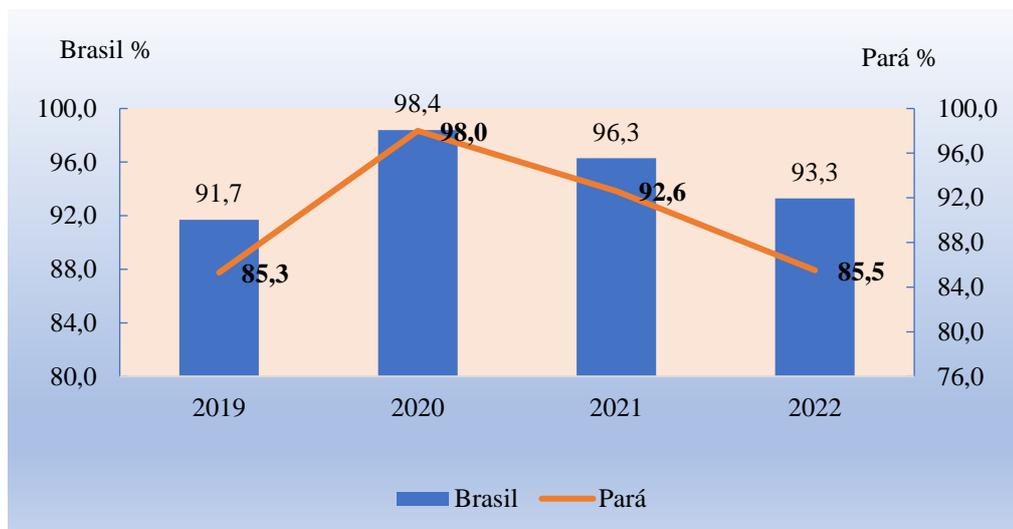
Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/IBGE - SIDRA, 2019–2022.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

3.2 Aprovação, Reprovação e Abandono Escolar no Ensino Fundamental

Outra perspectiva de análise diz respeito à evolução das taxas de aprovação (%) do ensino fundamental da rede pública, no Brasil e Pará, no intervalo de 2019 a 2022. No Brasil, no ano de 2019, a taxa de aprovação foi de 91,7% e, no Pará, foi de 85,3%. Em 2020, o Brasil registrou taxa de 98,4% e o Pará, de 98,0%. Em 2021, a taxa foi de 96,3 % no Brasil e 92,6% no Pará. No último ano da análise, o Brasil demarcou 93,3% em sua taxa de aprovação, enquanto o Pará registrou 85,5%. Ambas as localidades tiveram o mesmo movimento de evolução na série história, elevando o índice em 2020 e diminuindo sequencialmente até 2022; contudo, a taxa do estado esteve abaixo da do país em todos os anos.



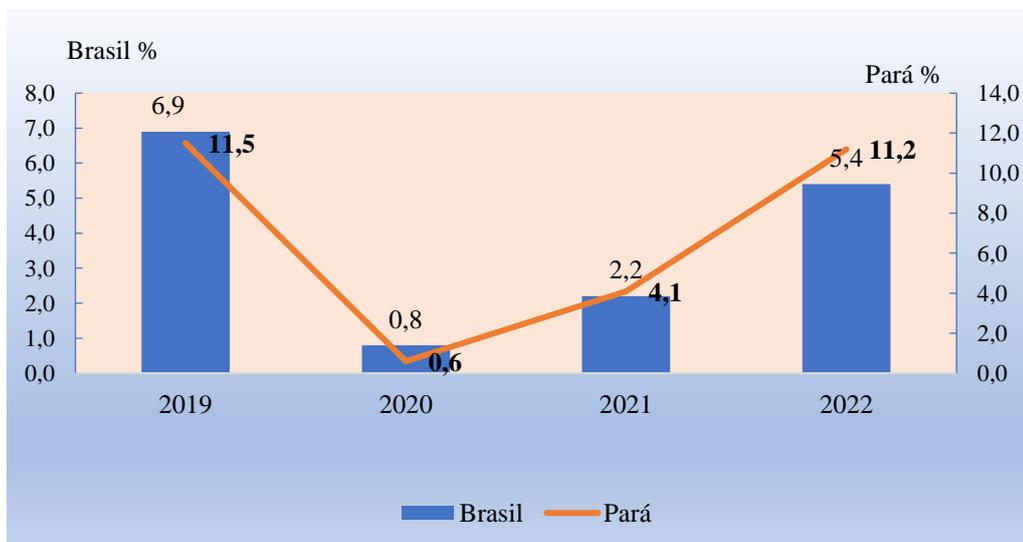
Gráfico 09 – Evolução das taxas de aprovação (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil e Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2019–2022.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Outro ângulo escolar em estudo é a evolução das taxas de reprovação (%) do ensino fundamental da rede pública, no Brasil e Pará, nos anos 2019 a 2022. Em 2019, a taxa de reprovação no Brasil foi de 6,9% e no Pará foi de 11,5%. No ano de 2020, houve uma queda na taxa para 0,8% (Brasil) e 0,6% (Pará), devendo estar diretamente relacionada às implicações do contexto pandêmico da Covid-19 que vivenciou o mundo. Assim, a partir do ano de 2021, as taxas iniciam uma nova evolução, subindo para 2,2% no Brasil e 4,1% no Pará. No ano de 2022, a taxa de reprovação passou para 5,4% nacionalmente e 11,2% no cenário paraense. Observa-se que, nos três primeiros anos, a taxa do Pará esteve abaixo da demarcado no Brasil, enquanto a do estado superou a do país em 2022, com uma diferença de 5,8%.

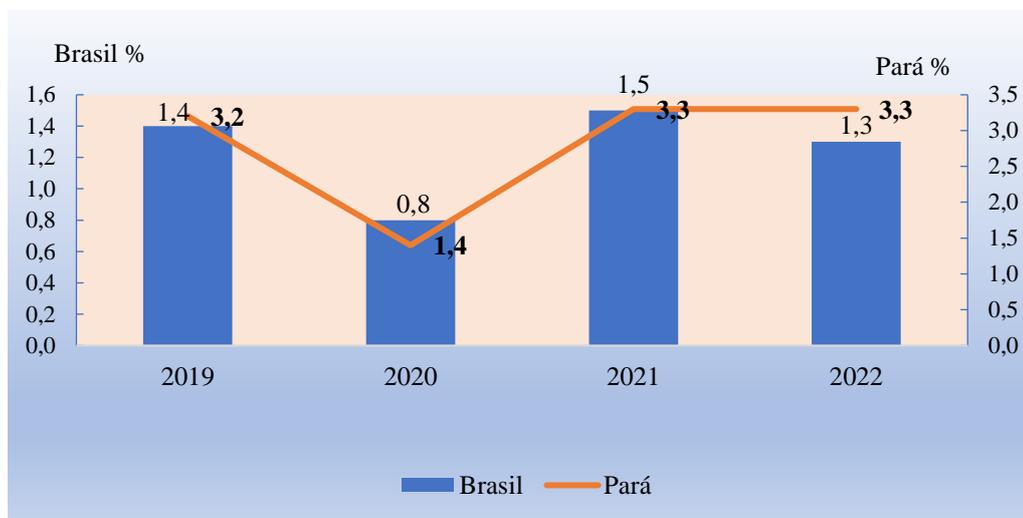
Gráfico 10 – Evolução da taxa de reprovação (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil e Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2019–2022.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.



Gráfico 11 – Evolução da taxa de abandono (%) do ensino fundamental da rede pública – Brasil e Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2019–2022.
Elaboração: Coordenadoria de Estudos Sociais — CES, 2023.

Ademais, apresenta-se a evolução das taxas de abandono (%) do ensino fundamental da rede pública, no Brasil e Pará, na série histórica de 2019 a 2022. Para tanto, vimos registrado, no ano de 2019, a taxa de abandono de 1,4% no Brasil e 3,2% no Pará, esta superior à taxa do país. Em 2020, foi registrado declínio da taxa no âmbito nacional para 0,8% e no estado para 1,4%; todavia, em 2021, as taxas cresceram, respectivamente, para 1,5% e 3,3%, explicitando ainda o Pará com taxa maior que a do Brasil. Em 2022, observou-se taxa de 1,3% no Brasil e de 3,3% no Pará.

CAPÍTULO 4 – ENSINO MÉDIO

O capítulo 4 abordará a situação do ensino médio no estado do Pará, considerando os estabelecimentos de ensino e as matrículas, bem como os indicadores desagregados por localização urbana e rural, esfera administrativa, Regiões de Integração, municípios com maiores participações, taxas de aprovação, reprovação e abandono.

4.1 Estabelecimentos e Matrículas no Ensino Médio

Relativo aos estabelecimentos de ensino médio, por localização e esfera administrativa, no território paraense, nos anos de 2019 e 2022, identificou-se que o estado disponibilizava 873 estabelecimentos em 2019, e no ano de 2022, houve um crescimento com variação de 2,06%, correspondendo a 891 unidades de ensino.



Concernente à localização dos estabelecimentos de ensino, em relação ao âmbito urbano e rural, registrou-se, no lugar urbano, que os estabelecimentos pertencentes à esfera federal somaram 18 unidades no ano de 2019 e 19 unidades em 2022, com variação de 5,56% e 0,21% de participação. No espaço rural, havia apenas 1 unidade de ensino médio em todos os anos, com 0,01% de participação.

Na localização urbana, acerca da esfera administrativa estadual, eram 503 e 491 unidades em 2019 e 2022, consecutivamente, com variação negativa de -2,39% e -5,40% de participação. Na localização rural, a esfera estadual apresentou 116 e 131 unidades, na mesma sequência de anos, com 12,93% de variação e 1,44% de participação.

Quanto à esfera municipal, no meio urbano, foi registrado 1 estabelecimento em ambos os anos, com participação de 0,01%; no rural, não foram registradas unidades. A esfera administrativa privada tem maior quantitativo de estabelecimentos do ensino médio na área urbana, chegando a 224 (2019) e 235 (2022) unidades. Esta sofreu variação de 4,91% e teve participação de 2,58%. Na área rural, a esfera privada obteve, para a mesma ordem de anos, 10 e 13 unidades, com 30% de variação e 0,14% de participação.

De modo geral, vemos que as unidades de ensino médio são majoritárias na área urbana e pertencem, em sua maioria, às esferas estadual e privada. Na área rural, esta realidade se repete, porém, com número reduzido de unidades de ensino. Nota-se também que apenas os estabelecimentos da esfera estadual do meio urbano sofreram variação negativa; por outro lado, aumentaram com maiores variações os estabelecimentos das esferas privada e estadual do meio rural.

Tabela 16 – Número de estabelecimentos, variação (%) e participação (%) do ensino médio, por localização e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.

Localização	Esferas Administrativas	2019	2022	Var. %	Part. % 2022
Total Pará		873	891	2,06	100,00
Urbana	Federal	18	19	5,56	0,21
	Estadual	503	491	-2,39	5,40
	Municipal	1	1	0,00	0,01
	Privada	224	235	4,91	2,58
Subtotal		746	746	0,00	83,73
Rural	Federal	1	1	0,00	0,01
	Estadual	116	131	12,93	1,44
	Municipal	-	-	0,00	0,00
	Privada	10	13	30,00	0,14
Subtotal		127	145	14,17	16,27

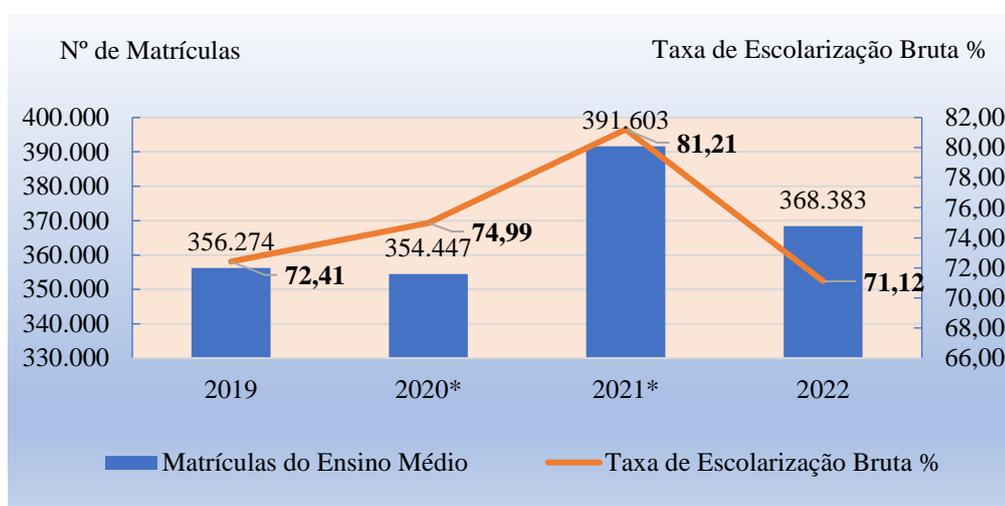
Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenação de Estudos Sociais, 2023.



4.1.1 – Matrículas e Taxa de Escolarização

Outra perspectiva de análise a respeito das matrículas e taxa de escolarização bruta do ensino médio no estado Pará relaciona-se com a razão entre o quantitativo total de matrículas e a população correspondente à faixa etária esperada para o curso do ensino médio. Dessa maneira, em 2019, havia 356.274 matrículas, apresentando taxa de 72,41%; em 2020, foram 354.447 matrículas, com taxa de 74,99%. No ano de 2021, ocorreu o ápice do quantitativo de matrículas na série histórica, em que foram registradas 391.603 matrículas e 81,21% de taxa de escolarização bruta. Os índices diminuíram em 2022, acusando 368.383 matriculados e pontuando 71,12% na taxa.

Gráfico 12 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização bruta do ensino médio – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/ IBGE - SIDRA, 2019 – 2022.

Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Nota*: a população nas faixas etárias de 15 a 17 anos, nos anos de 2020* e 2021*, não foi divulgada pelo IBGE/SIDRA. Logo, calcularam-se, para estas faixas etárias, estimativas populacionais através de métodos de previsão linear.

Gráfico 13 – Evolução do número de matrículas e taxa de escolarização líquida do ensino médio, de pessoas de 15 a 17 anos de idade – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica/ IBGE - SIDRA, 2019 – 2022.

Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Nota*: a população nas faixas etárias de 15 a 17 anos, nos anos de 2020* e 2021*, não foi divulgada pelo IBGE/SIDRA. Logo, calcularam-se, para estas faixas etárias, estimativas populacionais através de métodos de previsão linear.



Observa-se, no gráfico 13, a evolução do número de matrículas e a taxa de escolarização líquida do ensino médio, no Pará, de 2019 a 2022. Nesse caso, a taxa de escolarização líquida diz respeito somente aos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, inscritos no ensino médio. Para o primeiro ano em destaque, foram identificadas 223.629 pessoas matriculadas e taxa de escolarização de 45,45%; posteriormente, obteve crescimento nos dois anos seguintes: em 2020, quando as matrículas estiveram em 228.226, com taxa de 48,48%; e em 2021, quando o quantitativo de matrículas foi de 248.928 e o percentual da escolarização esteve em 51,62%. Por fim, no ano de 2022, os índices tiveram pequeno declínio, ficando com 251.353 pessoas matriculadas e 48,52% de taxa de escolarização.

4.1.2 – Matrículas por Modalidade de Ensino

Outra ótica de análise são as matrículas no ensino médio, no Pará, na séria histórica de 2019 a 2022, conforme Tabela 17, em que consta também a desagregação por modalidade de ensino. Para trajeto do entendimento, inicia-se pelo ensino médio propedêutico, ou seja, aquele processo educacional que guarda disciplinas regulares da matriz curricular. Assim, observa-se que, em 2019, havia 343.221 matriculados nesta modalidade, diminuindo para 340.333 em 2020, subindo para 376.484 em 2021 e chegando a 350.441 no ano de 2022. Esta modalidade é a que abrange mais matrículas.

No rol de modalidades, apresenta-se também o curso técnico integrado ou ensino médio integrado, o terceiro com mais matriculados, que, no ano de 2019, apresentou 12.822 matriculados e obteve crescimentos sucessivos nos anos seguintes, chegando a 17.904 em 2022. O ensino médio normal/magistério ainda permanece em funcionamento somente no município de Breves, razão para ter número reduzido de matrículas e tendência de diminuição no decorrer dos anos. Aqui, registrou-se 231 matriculados em 2019 e 38 em 2022.

Tabela 17 – Número de matrículas do ensino médio, por modalidade de ensino – Pará, 2019–2022.

Matrículas do Ensino Médio por Modalidade	2019	2020	2021	2022
Ensino médio propedêutico*	343.221	340.333	376.484	350.441
Ensino médio normal/magistério**	231	60	29	38
Curso técnico integrado (Ensino médio integrado)	12.822	14.054	15.090	17.904
Subtotal	356.274	354.447	391.603	368.383
EJA médio	52.999	49.085	48.943	41.924
Total Geral	409.273	403.532	440.546	410.307

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019 – 2022.

Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Nota*: ensino médio propedêutico é aquele com disciplinas regulares da grade curricular.

Nota**: o ensino médio normal/magistério existe somente no município de Breves/PA, por isso, os poucos números de matrículas.

A última modalidade em observação é a educação de jovens e adultos de ensino médio (EJA médio), que também apresentou retração sucessiva no decorrer da série histórica, porém, ainda se



posicionou como a segunda modalidade com maior número de matrículas. Ela obteve 52.999 matriculados em 2019 e pontuou 41.924 matrículas em 2022.

4.1.3 – Matrículas por RI

Referente às matrículas do ensino médio propedêutico (aquele com disciplinas regulares da matriz curricular), segundo variação e participação, em uma observação por Regiões de Integração (RI) do Pará, nos anos de 2019 a 2022, de acordo com a Tabela 18, observa-se que as RIs com maiores participações no número de matrículas foram: RI Guajará, com 87.699 e 80.105 matriculados em 2019 e 2022, sucessivamente, pontuando participação de 22,86%; RI Tocantins, com 36.173 (2019) e 39.388 (2022) matrículas e 11,24% de participação; e RI Baixo Amazonas, com 35.651 (2019) e 38.829 (2022) matriculados, com participação de 11,08%. As participações mais baixas foram registradas na RI Tapajós (2,32%), RI Lago de Tucuruí (3,95%) e Xingu (4,03%).

Tabela 18 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) do ensino médio propedêutico, por RI – Pará, 2019–2022.

R. I.	Ensino Médio Propedêutico		Var. %	Part. % 2022
	2019	2022		
Total Pará	343.221	350.441	2,10	100,00
Araguaia	16.269	16.391	0,75	4,68
Baixo Amazonas	35.651	38.829	8,91	11,08
Carajás	31.480	34.760	10,42	9,92
Guajará	87.699	80.105	-8,66	22,86
Guamá	31.632	30.328	-4,12	8,65
Lago de Tucuruí	14.013	13.825	-1,34	3,95
Marajó	18.913	21.462	13,48	6,12
Rio Caeté	23.751	25.055	5,49	7,15
Rio Capim	27.346	28.035	2,52	8,00
Tapajós	8.041	8.137	1,19	2,32
Tocantins	36.173	39.388	8,89	11,24
Xingu	12.253	14.126	15,29	4,03

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Quanto à variação percentual das matrículas no ensino médio propedêutico, estiveram, em maioria, as regiões que demarcaram variação positiva, ou seja, conseguiram aumentar o número de matrículas entre os anos. Destacaram-se, com maior percentual, as RIs Xingu (15,29%), Marajó (13,48%) e Carajás (10,42%). Apenas três regiões apresentaram percentual negativo na variação, são elas: RI Lago de Tucuruí (-1,34%), RI Guamá (-4,12%) e RI Guajará (-8,66%).



Outro panorama de análise são os números de matrículas dos cursos técnicos integrados (ensino médio integrado), observando sua variação e participação por RI, considerando os anos de 2019 e 2022, como demonstra a Tabela 19. Assim, o Pará registrou, em 2019, 12.822 matriculados e, em 2022, obteve 17.904, apresentando variação positiva de 39,64%.

Na divisão por RIs, percebe-se que as regiões com maiores quantitativos de matrículas e, portanto, com maiores percentuais de participações foram a RI Guajará, com participação de 37,96%, saindo de 4.815 para 6.796, entre os anos de 2019 e 2022, com variação positiva de 41,14%; seguida da RI Baixo Amazonas, em 2019, que obteve 1.936 (2019) e 2.286 (2022), com incremento de 18,08% e participação de 12,77%. As RIs com menores percentuais de participação ou com os menores números de matriculados foram: Araguaia, 1,98% de participação; Rio Caeté, com 2,29%, e Xingu, com 2,56%.

Tabela 19 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) do ensino médio integrado, por RI – Pará, 2019–2022.

RI	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)		Var. %	Part. % 2022
	2019	2022		
Total Pará	12.822	17.904	39,64	100,00
Araguaia	324	354	9,26	1,98
Baixo Amazonas	1.936	2.286	18,08	12,77
Carajás	785	1.230	56,69	6,87
Guajará	4.815	6.796	41,14	37,96
Guamá	947	1.680	77,40	9,38
Lago de Tucuruí	637	532	-16,48	2,97
Marajó	363	795	119,01	4,44
Rio Caeté	307	410	33,55	2,29
Rio Capim	680	1.218	79,12	6,80
Tapajós	406	507	24,88	2,83
Tocantins	1.444	1.638	13,43	9,15
Xingu	178	458	157,30	2,56

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Algumas regiões tiveram investimento significativo no ensino médio integrado, chegando a aumentar em mais de 100% o número de matrículas, como é o caso da RI Xingu, que, embora seja a terceira com menor participação, alcançou variação de 157,30% no período. Outro destaque foi a RI Marajó, com incremento de 119,01%. A única RI que não conseguiu elevar o numeral de matrículas e demarcou variação negativa foi Lago de Tucuruí (-16,48%).



4.1.4 – Municípios com maior número de matrículas

Na Tabela 20, há os 10 municípios do Pará com os maiores números de matrículas no ensino médio nos anos de 2019 e 2022. Assim, o município que ocupou o primeiro lugar foi Belém, com 57.844 em 2019 e 51.801 no ano de 2022; em segundo lugar, esteve Ananindeua, com 21.529 (2019) e 20.251 (2022) matriculados; no terceiro lugar, encontra-se o município de Santarém, com 15.250 matrículas em 2019 e 17.109 em 2022. Os municípios com menos matrículas no *ranking*, considerando o ano de 2022, foram Bragança (5.748 matrículas) e Cametá (5.994 matrículas).

Tabela 20 – Número de matrículas do ensino médio dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa – 2019/2022.

Municípios	2019	2022
Total Pará	343.221	350.441
Belém	57.844	51.801
Ananindeua	21.529	20.251
Santarém	15.250	17.109
Parauapebas	10.730	12.783
Marabá	11.428	12.007
Castanhal	9.414	9.137
Abaetetuba	7.055	7.401
Barcarena	5.540	6.231
Cametá	5.755	5.994
Bragança	5.327	5.748
Outros	193.349	201.979

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Quanto ao ensino médio integrado, considerando os 10 municípios paraenses com maiores números de matrículas nesta etapa de ensino, destaca-se o município de Belém como o primeiro do *ranking*, acumulando 29,11% de participação, com 3.921 e 5.212 matriculados na sequência de anos de 2019 e 2022, apresentando variação de 32,93%. Depois, Paragominas, com 668 (2019) e 1.218 (2022) matriculados, acusando 82,34% de variação e a segunda maior participação (6,80%); Santarém esteve na sequência, com 711 matrículas em 2019 e 1.007 em 2022, com variação de 41,63% e participação de 5,62%. Os municípios com as mais baixas participações, de acordo com o *ranking* da Tabela 21, foram Abaetetuba (2,79%) e Itaituba (2,83%).

Em relação à variação, os municípios que mais elevaram o número de matrículas no curso técnico integrado foram: Paragominas (82,34%), Marabá (45,71%), Castanhal (45,36%) e Santarém



(41,63%). O único município da sequência que não conseguiu aumentar o número de matrículas foi Abaetetuba, que registrou variação negativa de -15,11%.

Tabela 21 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) do ensino médio integrado dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas nesta etapa – 2019/2022.

Municípios	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)		Var. %	Part. % 2022
	2019	2022		
Total Pará	12.822	17.904	39,64	100,00
Belém	3.921	5.212	32,93	29,11
Paragominas	668	1.218	82,34	6,80
Santarém	711	1.007	41,63	5,62
Marituba	792	940	18,69	5,25
Marabá	525	765	45,71	4,27
Tailândia	566	670	18,37	3,74
Castanhal	366	532	45,36	2,97
Monte Alegre	477	531	11,32	2,97
Itaituba	406	507	24,88	2,83
Abaetetuba	589	500	-15,11	2,79
Outros	3.801	6.022	58,43	33,63

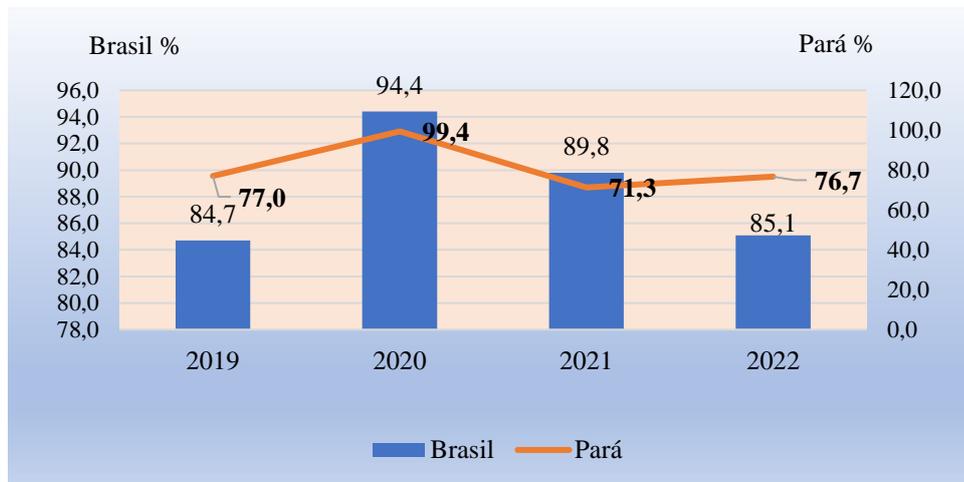
Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

4.2 Aprovação, Reprovação e Abandono Escolar no Ensino Médio

O Gráfico 14 traz para análise a evolução das taxas de aprovação do ensino médio da rede pública, no Brasil e no Pará, no período de 2019 e 2022. Assim, vimos no Brasil, em 2019, a taxa de aprovação em 77% e, no Pará, 84,7%. As duas localidades elevaram a taxa em 2020, o Brasil apresentou 94,4% e o Pará esteve em 99,4%. No ano seguinte, 2021, ocorreu diminuição da taxa, o Brasil acusou 89,8% e o Pará, 71,3%. Em 2022, apenas o Pará cresceu no indicador, chegando a 76,7% de aprovação, enquanto o Brasil diminuiu para 85,1%.



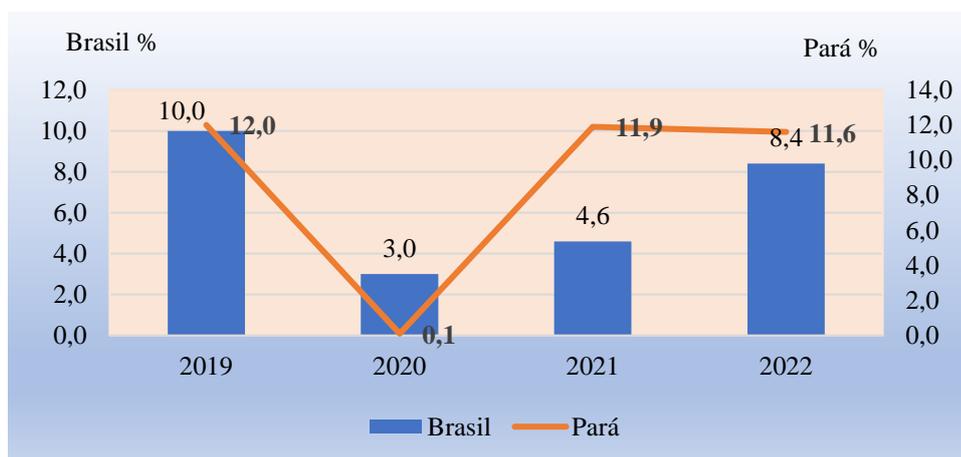
Gráfico 14 – Evolução da taxa de aprovação (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Por outro viés, o Gráfico 15 traz a taxa de reprovação do ensino médio da rede pública, no Brasil e no Pará, no período de 2019 e 2022, em que é possível visualizar que, no Brasil, em 2019, a taxa de reprovação foi de 10%, abaixo da registrada no Pará (12%). Em 2020, as duas regiões diminuíram significativamente, quando o Brasil acusou 3% e o Pará, 0,1%. Ambas as localidades, com o mesmo movimento, evoluíram suas taxas de aprovações para 4,6% (Brasil) e 11,9% (Pará) em 2021. No derradeiro ano, o estado manteve o percentual em 11%, enquanto o país aumentou para 8,4%.

Gráfico 15 – Evolução da taxa de reprovação (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará, 2019–2022.



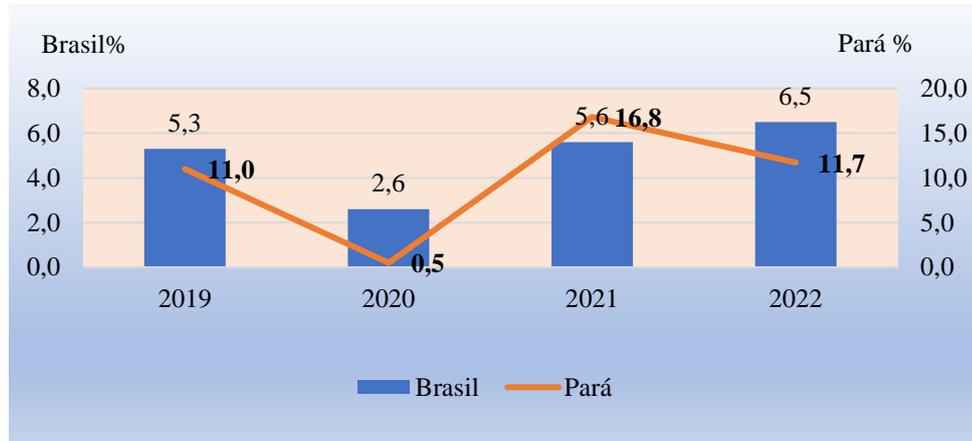
Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Outra observação é a evolução das taxas de abandono no ensino médio da rede pública de ensino, no Brasil e no Pará, nos anos de 2019 a 2022, ilustrada no Gráfico 16. Identificou-se que, no ano de 2019, no Brasil, a taxa esteve em 5,3% e, no Pará, em 11%; no ano de 2020, diminuiu para 2,6% no



Brasil e para 0,5% no Pará; já em 2021, o Brasil elevou sua taxa para 5,6%, e o Pará pontuou em 16,8%. No ano de 2022, o Brasil cresceu o indicador para 6,5% e o Pará decresceu para 11,7%.

Gráfico 16 – Evolução da taxa de abandono (%) do ensino médio da rede pública – Brasil x Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Indicadores Educacionais - Taxas de Rendimento, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

O estudo das taxas de aprovação (Gráfico 14), reprovação (Gráfico 15) e abandono (16), comparando os indicadores do Pará com o Brasil e considerando apenas os dois últimos anos da série histórica, permite perceber que, no quesito de aprovação, o Pará, embora com menor taxa, aumentou o indicador em 5,4%, enquanto o Brasil diminuiu em -4,7%. Na reprovação, o estado, que possuía taxa acima do Brasil, também demonstrou melhor desempenho, uma vez que se manteve em 11% e o país obteve crescimento de 3,8%. No indicador de abandono, o Pará demonstrou desvantagem, com índice acima do Brasil apesar da retração alcançada, a diferença entre eles foi de 11,2% (2021) e 5,2% (2022).

CAPÍTULO 5 – IDEB

No capítulo 5, reserva-se uma porção de observações referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que mensura a qualidade do ensino nas escolas públicas no Brasil de dois em dois anos, que será aqui disponibilizado em série histórica de 2005 a 2021, considerando o IDEB real e o projetado, explicitando a situação do estado do Pará nas etapas de ensino fundamental (anos iniciais e anos finais) e ensino médio da rede pública.



1.3 IDEB no Ensino Fundamental

Referente aos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública no Pará, conforme Gráfico 17, registrou-se que, em 2005, o IDEB real foi de 2,7 e, em 2021, chegou a 4,8. A partir de 2007, há o IDEB real e o projetado, em que o primeiro esteve acima do segundo até 2019. Em 2021, o real ficou em 4,8 e o projetado em 4,9. Em 2011, ocorreu a maior diferença entre eles, quando o projetado foi de 3,4 e o real alcançou a medida de 4,0. O IDEB real, nos anos iniciais, obteve crescimentos sucessivos entre 2005 e 2011, diminuindo em 2013, mas, posteriormente, voltando a ter crescimentos consecutivos até 2021.

Gráfico 17 – Evolução do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).

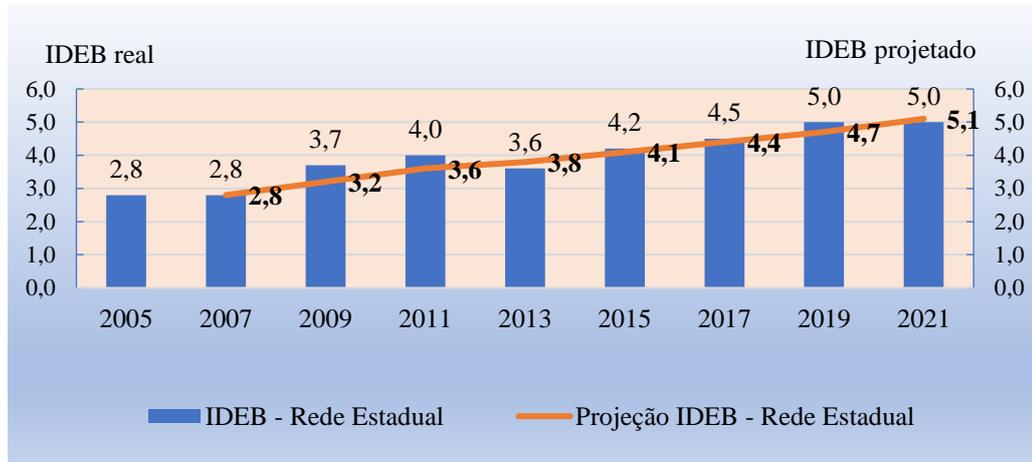


Fonte: INEP/Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – Resultados do IDEB, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

O Gráfico 18 também traz a evolução do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental, porém, com recorte para a rede estadual do Pará. O IDEB real iniciou a série com 2,8 e terminou com 5,0. Nota-se movimento semelhante do índice quanto à rede pública, onde ocorreu crescimento até 2011, retração em 2013 e elevação até 2021. Outro dado relevante é que, apenas em 2013 e 2021, o IDEB real ficou abaixo do projetado.



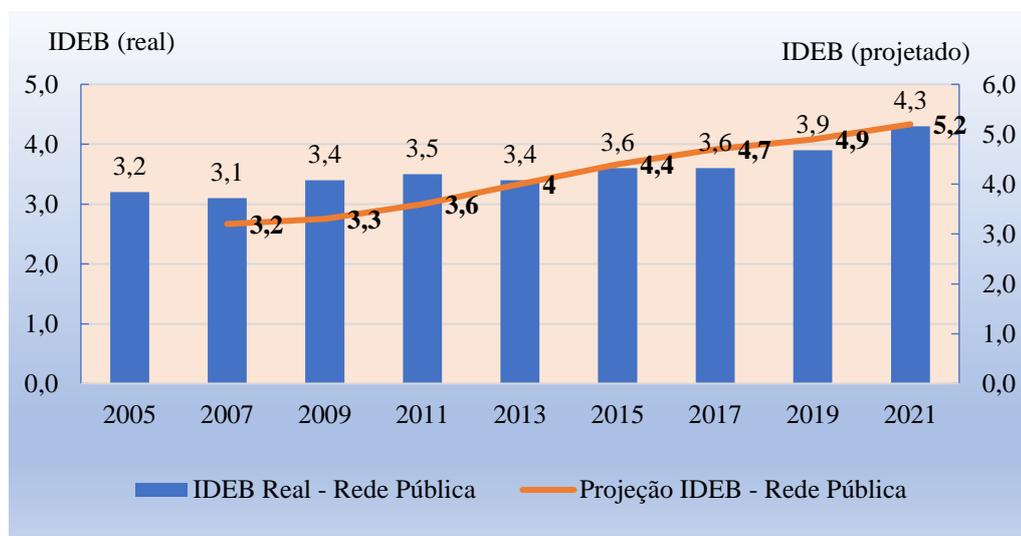
Gráfico 18 – Evolução do IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).



Fonte: INEP/Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – Resultados do IDEB, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Referente à evolução do IDEB dos anos finais do ensino fundamental da rede pública do Pará (Gráfico 19), registrou-se, no ano de 2005, que o IDEB real esteve em 3,2 e passou para 4,3 em 2021. Além disso, o IDEB real teve oscilação negativa somente em 2013. Ao contrário do que ocorreu nos anos iniciais, nos anos finais, o IDEB real esteve abaixo do projetado na maioria dos anos, sendo a única exceção o ano de 2009, quando o real foi 3,4 e o projetado 3,3. Outra observação relevante é que a diferença entre o real e o projetado aumentou no decorrer dos anos, especialmente a partir de 2015, quando a diferença foi de 0,6; em 2007, foi de apenas 0,1 p.p. e, em 2021, alcançou 0,9 p.p.

Gráfico 19 – Evolução do IDEB dos anos finais do ensino fundamental da rede pública do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).

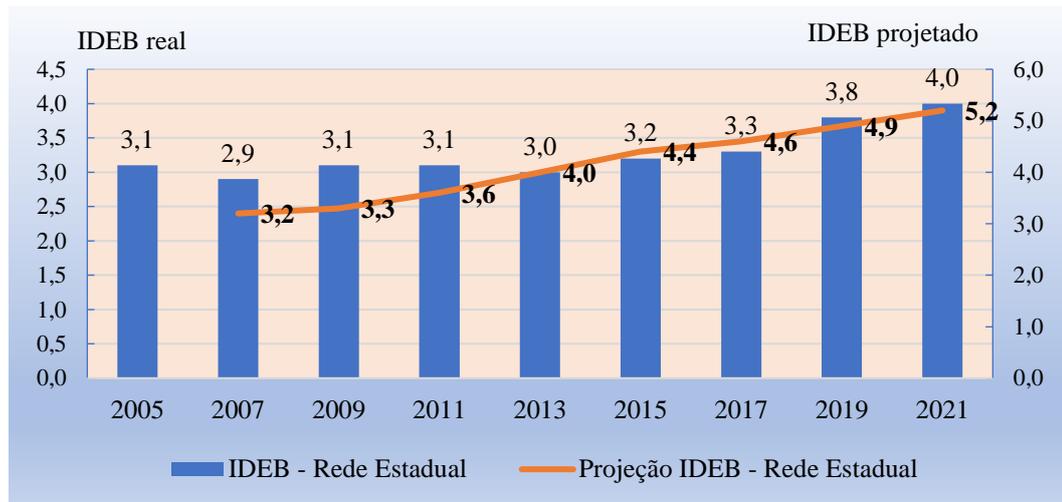


Fonte: INEP/Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – Resultados do IDEB, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.



Concernente à rede estadual do Pará, também relativo ao IDEB dos anos finais do ensino fundamental, ilustrado no Gráfico 20, a série iniciou com o IDEB real em 3,1 (2005) e terminou com 4,0 (2021). O IDEB real também declinou em 2013 e, em todos os anos do estudo, esteve abaixo do projetado. Da mesma forma que na rede pública, na rede estadual, a diferença entre o IDEB real e o projetado aumentou no decorrer dos anos, sendo de 0,3 p.p. em 2007 e 1,2 p.p. em 2021.

Gráfico 20 – Evolução do IDEB dos anos finais do ensino fundamental da rede estadual do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC (2005–2021).



Fonte: INEP/Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – Resultados do IDEB, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

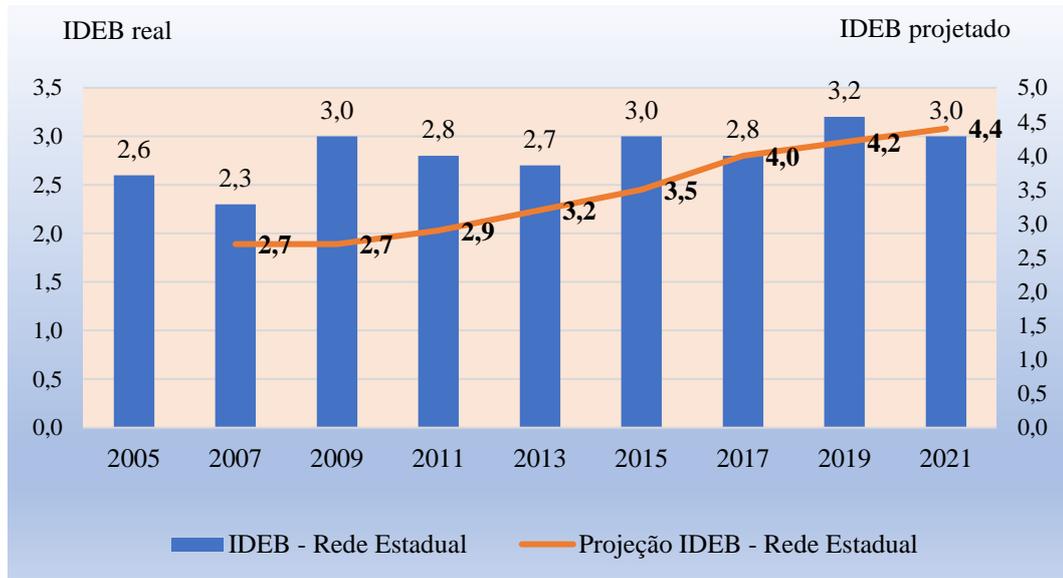
1.3 IDEB Ensino Médio

A evolução do IDEB do ensino médio da rede estadual do Pará, na série histórica de 2005 a 2021, de acordo com o Gráfico 21, evidenciou mais oscilação no decorrer dos anos. Assim, em 2005, o IDEB real foi de 2,6, diminuindo para 2,3 no ano seguinte, subindo para 3,0 em 2009 e diminuindo, consecutivamente, até 2013 (2,7). O indicador voltou para 3,0 em 2015 e oscilou anualmente em 0,2 p.p. até chegar em 3,0 em 2021.

O maior índice alcançado pelo IDEB real foi de 3,2 (2019), porém, somente em 2009, o IDEB real (3,0) ficou acima do projetado (2,7). Na maioria dos anos, o IDEB real esteve com índice abaixo do projetado e a diferença entre eles aumentou no decorrer dos anos, em 2007, foi de 0,4 p.p. e, em 2021, pontuou em 1,4 p.p.



Gráfico 21 – Evolução do IDEB do ensino médio da rede estadual do Pará – IDEB real x IDEB projetado pelo MEC, 2005–2021.



Fonte: INEP/Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais – Resultados do IDEB, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

CAPÍTULO 6 – ENSINO SUPERIOR

A Educação Superior ainda é encarada como um dos principais meios para a determinação da reversão da pobreza estrutural e o único fator que pode ser verdadeiramente responsável por vencer a exclusão social. Dessa forma, quanto maior for o acesso de uma população ao Ensino Superior, mais potente economicamente e valorizada ela será, devido aos poderes meritocráticos e democráticos desenvolvidos.

Entende-se, ainda, que o conhecimento intelectual diferenciado de uma sociedade agrega valores aos seus sistemas produtivos, permitindo que ela tenha maior civilidade e desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, o acesso aos níveis mais elevados de educação é um fator fundamental para que uma sociedade possa fazer uso da tecnologia sobre a informação de forma coerente e adequada e, assim, reduzir as desigualdades sociais.

Partindo deste princípio, avaliaremos a educação superior do estado do Pará, no quadriênio de 2019 a 2022, considerando o quantitativo de matrículas, a escolarização, o grau acadêmico e as modalidades de ensino (presencial ou à distância). Além disso, foram consideradas as variáveis de localização por Região de Integração, sexo, cor/raça e tipo de financiamento. A análise derradeira demonstra o *ranking* dos 10 municípios paraenses com maior número de matrículas no ensino superior.



6.1 Matrículas no Ensino Superior

6.1.1 – Matrículas e a Taxa de Escolarização Bruta

No que concerne à educação superior, o Gráfico 22 demonstra a evolução dos números de matrículas e sua taxa de escolarização bruta no Pará de 2019 a 2022. Observa-se que o número de matrículas nos cursos superiores apresentou redução somente em 2020, quando registrou 273.380 matrículas, enquanto, nos anos seguintes, houve crescimento contínuo, chegando a 312.506 (2021) e 332.768 (2022).

O crescimento consecutivo das matrículas no ensino superior é um provável reflexo das políticas de democratização da educação superior adotadas pelas instituições públicas de ensino, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as políticas de cotas para ingresso de estudantes de escolas públicas com vagas reservadas para setores de baixa renda e para as minorias étnicas e as políticas de assistência estudantil.

Outro dado descrito pelo Gráfico 22 é a taxa de escolarização bruta ou taxa de matrícula bruta (TMB) do ensino superior do Pará. Essa taxa é obtida dividindo-se o total de matrículas no ensino superior, independente das idades dos alunos matriculados, pelo total da população com idades de 18 a 24 anos, idades previstas para cursar esta etapa de ensino, conforme a expressão a seguir:

$$\text{TMB do ensino superior} = \frac{\text{Total de matrículas efetuadas no ensino superior} \times 100}{\text{População de 18 a 24 anos}}$$

A TMB do ensino superior tem o objetivo de quantificar a capacidade potencial de atendimento desta etapa de ensino, informando se a oferta de vagas neste nível educacional contempla a totalidade da população de 18 a 24 anos. Assim sendo, observou-se que o Pará apresentou seu pior desempenho de atendimento para a população de 18 a 24 anos em 2020, quando o número de vagas preenchidas representou apenas 24,37% do total da população pertencente à faixa etária recomendada pelo Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014). Por outro lado, o melhor percentual de vagas ofertadas para esse público se deu em 2022, quando o número de vagas preenchidas representou 30,70% do total populacional dos jovens de 18 a 24 anos.

Porém, ressalta-se que o PNE (2014-2024) tem como objetivo 1 de sua meta 12, das 20 metas em vigor, elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 50%, no entanto, nota-se que apesar de a oferta de vagas do ensino superior do Pará vir se expandindo, o estado ainda não alcançou o percentual desejado.



Gráfico 22 – Evolução do número de matrículas e da taxa de escolarização bruta do ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos de idade – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.

Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Nota: os dados populacionais dos anos de 2020* e 2021* foram estimados a partir dos dados populacionais do IBGE de 2017 a 2019 para a composição das taxas de escolarização bruta.

6.1.2 – Matrículas e a Taxa de Escolarização Líquida

Referente também ao acesso de pessoas com idades de 18 a 24 anos no ensino superior do estado do Pará, o Gráfico 23 demonstra a evolução dos números de matrículas somente de pessoas nesta faixa etária do estado e a taxa de escolarização líquida de 2019 a 2022. Observa-se que os menores números ocorreram novamente em 2020, quando o INEP registrou 111.959 matrículas; por outro lado, nota-se que, em 2019, estes números foram superiores aos de 2020, com 129.406, bem como em 2021, quando registrou 131.724, e, em 2022, quando matriculou 250.527 pessoas nessa faixa de idade.

O Gráfico 23 também descreve a taxa de escolarização líquida ou taxa de matrícula líquida – TML do ensino superior do Pará. Essa taxa é obtida dividindo-se o total de matrículas de pessoas com idades de 18 a 24 anos no ensino superior, pelo total populacional na mesma faixa etária, da seguinte maneira:

$$\text{TMB do ensino superior} = \frac{\text{Total de alunos de 18 a 24 anos matriculados} \times 100}{\text{População de 18 a 24 anos}}$$

A TML tem o objetivo de verificar o acesso ao sistema educacional daqueles que se encontram na idade recomendada para o nível superior. Assim sendo, observa-se, no Gráfico 23, que o Pará apresentou sua pior taxa de escolarização líquida em 2020, com apenas 9,98% da população de 18 a



24 anos inseridas com idade considerada adequada nesta etapa; porém, em 2019, essa taxa foi de 11,59%; em 2021, alcançou 11,72%; e, em 2022, atingiu 23,11%.

No entanto, de acordo com o PNE (2014 – 2024), o objetivo 2 da meta 12 consiste em ampliar a taxa de escolarização líquida do ensino superior para 33%. Dessa forma, apesar de os dados demonstrarem tendência de crescimento deste indicador, o estado ainda não atingiu a meta desejada .

Gráfico 23 – Evolução do número de matrículas e da taxa de escolarização líquida do ensino superior, de pessoas de 18 a 24 anos de idade – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.

Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

Nota: os dados populacionais dos anos de 2020* e 2021* foram estimados a partir dos dados populacionais do IBGE de 2017 a 2019 para a composição das taxas de escolarização líquida.

6.1.2 – Matrículas por Grau Acadêmico

Outro fator relevante a ser observado na educação superior está relacionado ao grau acadêmico dos/as discentes matriculados no período de 2019 a 2022. A Tabela 22 descreve, por exemplo, que o grau acadêmico com maior destaque ao longo deste quadriênio foi o de bacharelado, fato bem evidenciado em 2022, quando se observa que este grau acadêmico obteve uma participação percentual de 62,08% em relação ao total das matrículas efetuadas no estado.

No entanto, também se observa que, ao longo do período, o grau tecnólogo foi o que demonstrou maior crescimento em números de alunos matriculados, chegando a variar 72,93% de 2019 para 2022, seguido pelo grau bacharelado, com 21,59% de variação. Em contrapartida, o grau licenciatura demonstrou retração de -7,42% em seus números de matrículas, fato este que demonstra diminuição na procura dos cursos nesta modalidade no estado, apesar de estes terem apresentado a segunda maior participação percentual nos números de matrículas em 2022 (25,18%).



Tabela 22 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação superior, por grau acadêmico – Pará, 2019–2022.

Grau Acadêmico/ Ano	2019	2020	2021	2022	Var.% (2019 - 2022)	Part. % 2022
Total Pará	285.144	273.380	312.506	332.768	16,70	100,00
Bacharelado	169.906	166.630	188.626	206.591	21,59	62,08
Licenciatura	90.502	75.971	87.000	83.788	-7,42	25,18
Tecnólogo	24.304	30.635	36.644	42.028	72,93	12,63
Não Aplicável	432	144	236	361	-16,44	0,11

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

6.1.3 – Matrículas por Modalidade de Ensino

Através da Tabela 23, destacam-se os números de discentes matriculados por modalidade de ensino presencial e à distância no período de 2019 a 2022. Em 2019, o número de alunos inscritos na modalidade presencial (155.516) era bem maior do que a modalidade à distância (129.628), o que representava, relativamente, um total percentual de matrículas de 54,54% e 45,46%, respectivamente. Em 2022, os números de matrículas na modalidade à distância corresponderam a 56,40% do total, contra apenas 43,60% na modalidade presencial.

No entanto, o quantitativo de matrículas na modalidade presencial caiu de maneira acentuada em 2020 para 121.921, ou seja, uma redução correspondente a -21,60%; em contrapartida a este fato, a modalidade EAD (educação à distância), nesse mesmo período, demonstrou crescimento equivalente a 16,84%, quando passou de 129.628 (2019) para 151.459 (2022), fato este justificado pela realidade de isolamento social e pelas medidas de controle sanitário vivenciados em decorrência da COVID-19 no período em questão. Além disso, a Tabela 23 descreve que, de 2019 para 2022, a variação percentual dos números de matrículas na modalidade presencial sofreu redução de -6,71%, enquanto na modalidade à distância houve crescimento de 44,79%.

A COVID-19 acarretou consequências às relações de trabalho e à educação, pois escritórios e salas de aula foram concentrados e compactados em aparelhos, como computadores e celulares, e o ambiente de casa passou a ser multifacetado. Dessa forma, os cursos que adotaram a modalidade EAD cresceram significativamente.

Tabela 23 – Número de matrículas, variação (%) e participação (%) da educação superior, por modalidade de ensino – Pará, 2019–2022.

Modalidade/Ano	2019	2020	2021	2022	Var.% (2019-2022)	Part.% 2022
Total Pará	285.144	273.380	312.506	332.768	16,70	100,00
Presencial	155.516	121.921	146.033	145.085	-6,71	43,60
À distância	129.628	151.459	166.473	187.683	44,79	56,40

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.



6.1.4 – Matrículas por RI

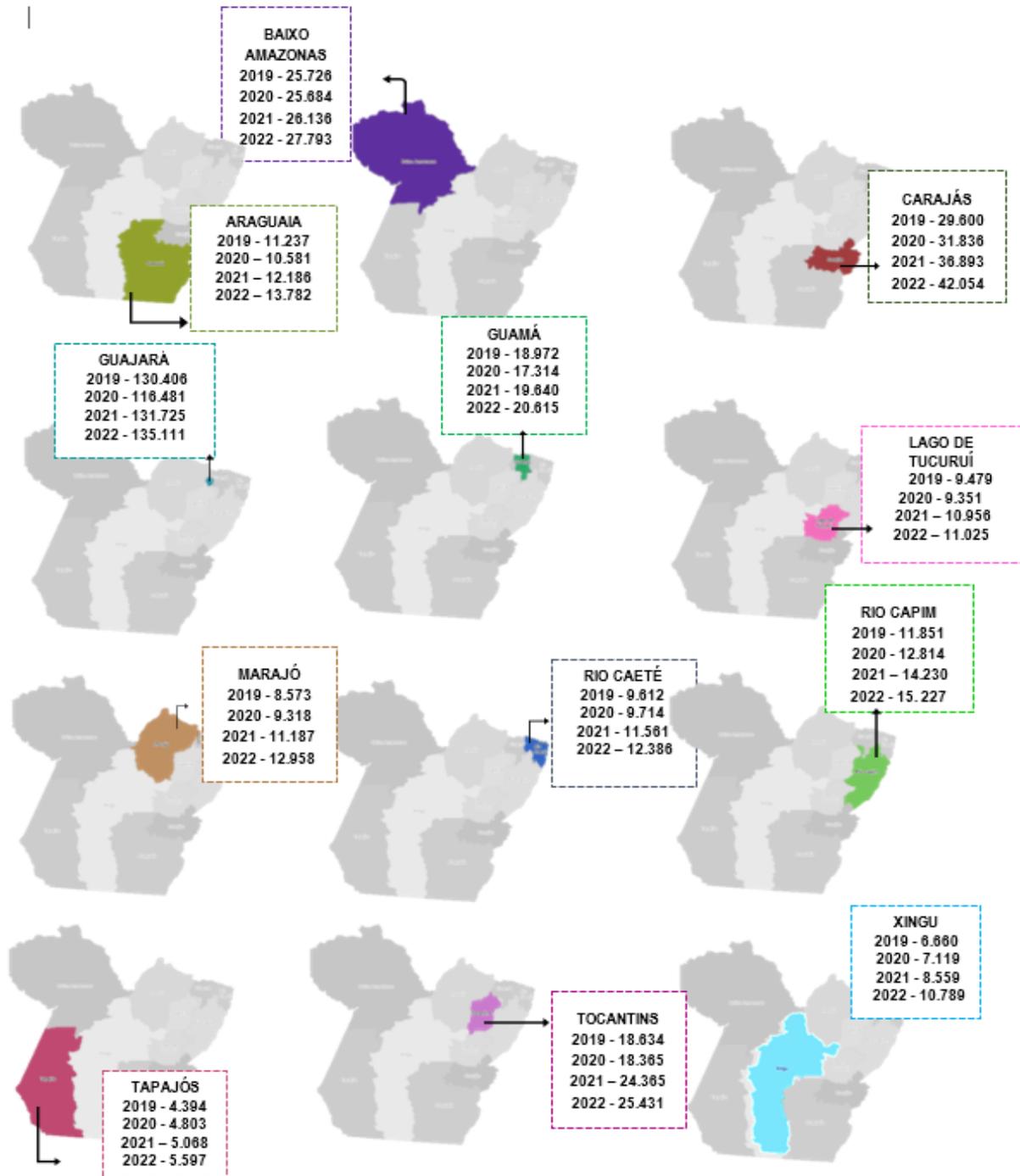
O Pará possui 78 instituições de educação superior, sendo apenas seis públicas, porém com múltiplos *campi* distribuídos pelo estado. As demais privadas somam 72, segundo dados da Sinopse Estatística da Educação Superior de 2022. Especificamente quanto às matrículas, estão concentradas, principalmente, em três Regiões de Integração do Pará: Guajará, Carajás e Baixo Amazonas, sendo a primeira com maiores números de registros de alunos.

As três RIs com menores números de matrículas no ensino superior, entre os anos de 2019 e 2022, deram-se na seguinte ordem decrescente, respectivamente: RI Lago Tucuruí, com 9.479 a 11.025 matriculados; RI Xingu, com intervalo de 6.660 a 10.789 matriculados; e RI Tapajós, com matrículas entre 4.394 e 5.597.

A RI Guajará possui quatro instituições públicas: Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Estadual do Pará – UEPA, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, sendo todas elas instituições-sede e localizadas na cidade de Belém. Além disso, de acordo com o anuário estatístico 2022 da UFPA, esta instituição possui 12 *campi*, sediados em Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, além do fato que a sede dela, localizada às margens do Rio Guamá em Belém, ocupa uma área de extensão territorial equivalente a 450 hectares. Estes fatores contribuem, com toda certeza, para que esteja listada entre as 10 maiores do país em número de matrículas, dado facilmente observável também na Sinopse Estatística do Ensino Superior de 2022 - INEP.



Figura 02 – Número de matrículas da educação superior, por RI – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.



Já a UFOPA (Universidade do Oeste do Pará) está localizada no Baixo Amazonas, sendo a primeira instituição federal de ensino superior com sede em um dos pontos mais estratégicos da Amazônia, o município de Santarém, o terceiro maior município paraense em termos populacionais. Bem como a UFPA, a UFOPA também possui uma estrutura com múltiplos *campi*, sediados em Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Estes fatores contribuem também para que a RI Baixo Amazonas se destaque como uma das três regiões com maiores números de matrículas no ensino superior do Pará.

Assim como os números de matrículas nas RIs Guajará e Baixo Amazonas são justificados pelas suas estruturas de múltiplos *campi*, a RI Carajás também percorre o mesmo viés, uma vez que nela está localizada a UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), com sede em Marabá e *campi* em Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara. Contudo, sua área de abrangência vai além dessas cidades, envolvendo os 39 municípios da mesorregião do sul e sudeste paraense, além de disponibilizar mais de 40 cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) na modalidade presencial, tornando-a também uma das maiores instituições do estado em números de matrículas no ensino superior.

6.1.5 - Matrículas por Sexo

Com relação aos números de matrículas de acordo com o sexo do aluno, nota-se, através da Tabela 24, que as pessoas do sexo feminino apresentaram maior acesso ao ensino superior do estado, sendo a maioria tanto em 2019, quando as mulheres ocuparam 170.846 vagas das 285.144 ofertadas, quanto em 2022, com 204.221 vagas ocupadas de um total de 332.768 ofertadas. O sexo feminino apresentou, em 2022, participação de 61,37% em relação ao total das matrículas realizadas no ensino superior do Pará, enquanto o masculino, apenas 38,63%.

Destaca-se que apesar dos sexos apresentarem percentuais de acesso bem distintos, ambos registraram crescimentos percentuais entre os anos de 2019 e 2022. O sexo feminino demonstrou variação percentual de 19,54% e os números de pessoas do sexo masculino cresceu em 12,47%.

No entanto, é importante ressaltar que, antes de as mulheres alcançarem esta realidade, elas tiveram que enfrentar uma trajetória histórica cheia de dificuldades para vencerem as limitações do acesso à educação, pois, para garantirem a participação no ensino superior, era necessário que os pais ou maridos realizassem suas matrículas, sem falar que esse direito só lhes foi dado no Brasil Império em 1879, por meio do Decreto Lei nº 7.247/1879.



Tabela 24 – Número de matrículas da educação superior, por sexo – Pará, 2019–2022.

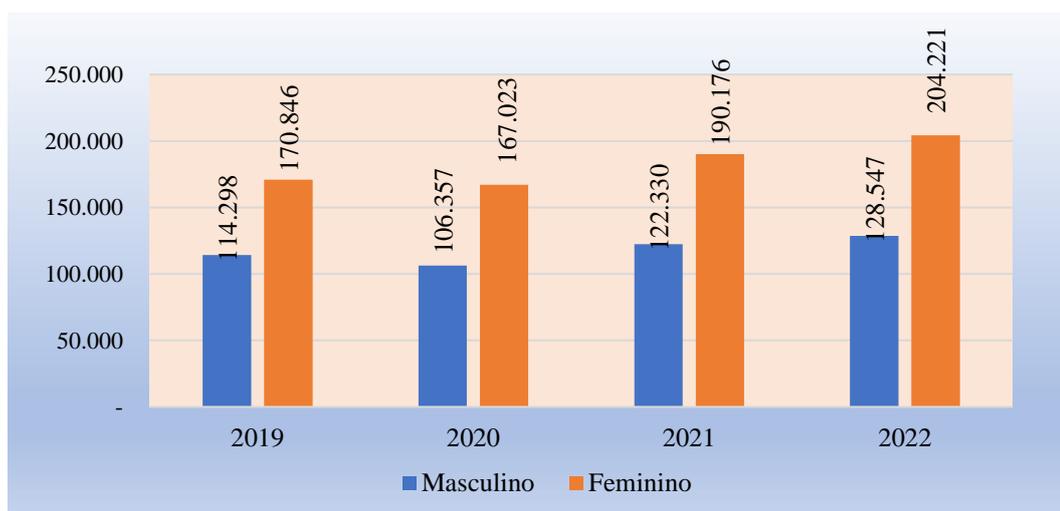
Sexo	2019	2022	Var.%	Part.% 2022
Total Pará	285.144	332.768	16,70	100,00
Masculino	114.298	128.547	12,47	38,63
Feminino	170.846	204.221	19,54	61,37

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

O Gráfico 24 também enfatiza o maior acesso de pessoas do sexo feminino no ensino superior do Pará ao longo dos anos de 2019 a 2022. Nele, está nítido que, em todo o período, o quantitativo de pessoas do sexo feminino é superior ao do masculino. Dessa forma, é importante frisar a diferença das matrículas entre os sexos, que foi de 56.548 (2019), 60.666 (2020), 67.846 (2021) e 75.674 (2022), demonstrando, assim, discrepância crescente entre os sexos.

No entanto, segundo o relatório *Education at Glance 2019*, uma espécie de radiografia da educação pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), embora essa disparidade de gênero na educação favoreça as mulheres, essa situação no mercado de trabalho ainda é inversa, pois o relatório concluiu que a empregabilidade de mulheres com idades entre 24 a 35 anos com ensino superior é de 82%, enquanto que entre os homens esse percentual é de 89%.

Gráfico 24 – Comparativo do número de matrículas da educação superior, por sexo – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.



6.1.6 – Matrículas por raça/cor

Demonstram-se, na Tabela 25, os números de matrículas no ensino superior do Pará por raça/cor, considerando os anos de 2019 e 2022. Observa-se que, em 2022, 51,18% do total das vagas ofertadas pelas instituições de ensino superior – IES do Pará foram preenchidas por pessoas autodeclaradas pardas, seguidas por pessoas da cor branca, com 25,71%, preta, com 5,81%, amarela, com 1,42%, e indígena, com 0,79%.

No entanto, apesar de pessoas pardas terem alcançado maior participação percentual em números de matrículas, a variação percentual, no período de 2019 a 2022, foi de apenas 3,81%, enquanto as pessoas brancas e pretas apresentaram, respectivamente, variações equivalentes a 58,49% e 22,45%. Outro dado relevante foi o fato do acesso de pessoas autodeclaradas amarelas e indígenas terem sofrido variações negativas, equivalentes a -3,80% e -59,30% respectivamente.

Tabela 25 – Número de matrículas da educação superior, por raça/cor – Pará, 2019–2022.

Raça/cor	2019	2022	Var.% (2019–2022)	Part.% 2022
Total Pará	285.144	332.768	16,70	100,00
Branca	53.981	85.555	58,49	25,71
Preta	15.776	19.318	22,45	5,81
Parda	164.048	170.295	3,81	51,18
Amarela	4.923	4.736	-3,80	1,42
Indígena	6.494	2.643	-59,30	0,79
Não declarado	39.922	50.221	25,80	15,09

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

6.1.7 – Matrículas por tipo de financiamento

Outro dado bastante relevante está relacionado ao tipo de financiamento estudantil voltado para o ensino superior, que favorece muitos estudantes que não conseguiram ingressar nas vagas da rede pública a cursarem faculdade no âmbito privado. Evidenciam-se, na Tabela 26, os principais financiamentos do governo federal: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que concede financiamento em instituições não gratuitas parceiras do programa, podendo ser até a juros zero, variando de acordo com a renda familiar do candidato; e o Programa Universidade Para Todos (ProUni), que concede bolsas de estudos integrais e parciais (50%), especialmente a candidatos de baixa renda e que não possuem diploma de nível superior.



Conforme os dados em análise, ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022, o número de alunos no Pará com algum tipo de financiamento estudantil ultrapassou os 100.000. Entre os dois primeiros anos, houve pequena variação negativa de -4,31% no total de alunos com algum tipo de financiamento no estado, e, em todos os tipos de financiamento, houve declínio no número de matrículas, com maior variação no FIES (-27,25%) e no Pro Uni Parcial (-25,37%). Enquanto isso, nos dois derradeiros anos (2021-2022), a variação total do Pará teve movimento positivo de 13,07%, apontando crescimento na quantidade de alunos com financiamento. O mesmo comportamento obteve o tipo ProUni Integral (2,55%) e outros financiamentos (17,33), enquanto o FIES, com -3,16%, e o ProUni Parcial, com -10,83%, continuaram apresentando diminuição do indicador.

Quando se observa a participação percentual no ano de 2022, percebe-se que a maioria dos financiamentos estudantis não são os públicos federais, mas que 79,59% dos alunos financiados estavam ligados a outros tipos de financiamentos, enquanto os alunos ligados aos financiamentos federais somaram, de maneira acumulada, apenas 20,41%, dos quais 11,16% são do ProUni Integral, 7,32% do FIES e apenas 1,93% do ProUni Parcial.

Tabela 26 – Número de matrículas do ensino superior, por tipo de financiamento estudantil – Pará, 2019–2022.

Tipo de financiamento	Números de matrículas/Ano			Var. % (2020-2021)	Var. % (2021-2022)	Part. % 2022
	2020	2021	2022			
Total Pará	106.179	101.600	114.878	-4,31	13,07	100,00
FIES	11.935	8.683	8.409	-27,25	-3,16	7,32
ProUni Integral	12.848	12.503	12.822	-2,69	2,55	11,16
ProUni Parcial	3.327	2.483	2.214	-25,37	-10,83	1,93
Outros financiamentos	78.069	77.931	91.433	-0,18	17,33	79,59

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

6.1.8 - Municípios com maior número de matrículas

Considerando o *ranking* dos 10 municípios com maiores participações percentuais de matrículas na educação superior do Pará, Belém se sobressai com maior percentual (33,19%), seguida pelos municípios de Santarém (6,30%) e Ananindeua (6,09%), enquanto os sete demais municípios apresentaram percentuais entre 5,71% (Marabá) e 2,12% (Abaetetuba).

Apesar de Belém ser o primeiro município em números de matrículas, os municípios que mais demonstraram variação de crescimento nesse índice foram: Parauapebas (78,39%), Ananindeua (51,98%) e Altamira (48,05%). Apenas três municípios apresentaram variação negativa no quantitativo de matrículas: Belém (-4,07%), Castanhal (-1,5%) e Santarém (-0,80%).



Tabela 27 – Número de matrículas do ensino superior dos 10 municípios paraenses com os maiores números de matrículas – 2019–2022.

Municípios	2019	2022	Var.% (2019-2022)	Part. % 2022
Total Pará	285.144	332.768	16,70	100,00
Belém	115.135	110.448	-4,07	33,19
Santarém	21.139	20.970	-0,80	6,30
Ananindeua	13.345	20.282	51,98	6,09
Marabá	16.912	18.998	12,33	5,71
Parauapebas	10.543	18.808	78,39	5,65
Castanhal	16.241	15.998	-1,50	4,81
Altamira	6.143	9.095	48,05	2,73
Paragominas	5.883	7.364	25,17	2,21
Tucuruí	6.763	7.080	4,69	2,13
Abaetetuba	5.835	7.070	21,17	2,12
Outros	67.205	96.655	43,82	29,05

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Superior, 2019 – 2022.
Elaboração: CES - Coordenadoria de Estudos Sociais, 2023.

CAPÍTULO 7 – SANEAMENTO BÁSICO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

De acordo com o que foi definido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014), a adequação dos recursos físicos das escolas são os componentes básicos da infraestrutura, logo, é necessário garantir aos espaços educacionais o acesso à água, saneamento básico, energia, espaços de aprendizagem, bibliotecas, tecnologia, etc., bem como garantir as condições de acessibilidade físicas e pedagógicas necessárias para gerar um ambiente igualitário e favorável para a aprendizagem de crianças e jovens.

Dessa forma, para que a educação possa atingir os seus objetivos na aprendizagem, é importante que os ambientes educacionais ofereçam um nível de infraestrutura mínimo e suficiente ao bem-estar de todos que os compõem.

Partindo deste pressuposto, avaliaremos a infraestrutura dos estabelecimentos de ensino da educação básica do estado do Pará, no que diz respeito à situação da água consumida pelos alunos, se filtrada ou potável; tipos de abastecimento de água; e os tipos de esgotamento sanitário presentes nas unidades escolares no quadriênio de 2019 a 2022.



7.1 Água Consumida nos Estabelecimentos de Ensino

Na Tabela 28, estão descritos os quantitativos de estabelecimentos da educação básica no Pará, por situação de água consumida pelos alunos, considerando dois tipos, água filtrada e água potável, desagregados por esfera administrativa, no período de 2019 a 2022. Desse modo, observa-se que em nenhuma das esferas administrativas existe unidade educacional com água filtrada, portanto, apenas a água potável está presente nas escolas. A esfera federal tem abrangência de 100% de suas unidades escolares com água potável, enquanto as esferas estadual, municipal e privadas não possuem água potável em todas as suas escolas.

A esfera municipal é a que apresenta a maior proporção em números de estabelecimentos de ensino de educação básica do estado e demarcou oscilações em relação ao quantitativo de escolas com água potável ao longo desse quadriênio. Em 2019, por exemplo, das 8.872 escolas, 2.239 não contavam com água potável, ou seja, 26,36% do total das unidades escolares; em 2020, das 8.851 unidades, 2.095 não tinham água potável (23,67%). No entanto, em 2021, as unidades com esse tipo de água cresceram para 2.113, 24,05% de 8.786 escolas; em 2022, dos 8.763 espaços educativos, 1.970 não tinham água potável, ou seja, 22,48% de seu total.

Na esfera estadual, apenas 44 das escolas não apresentavam água potável em 2019, correspondendo a 4,84% do total; com diminuição sucessiva nos anos posteriores: 41 escolas (4,55%) em 2020; 37 escolas (4,14%) em 2021; e 34 escolas (3,81%) em 2022. Já na rede privada, o percentual de unidades sem água potável ficou em torno de 2% (2019) a 1,46% (2022) ao longo do período em destaque.

Tabela 28 – Número de estabelecimentos da educação básica, por tipo de água consumida pelos alunos e por esfera administrativa – Pará, 2019–2022.

Situação da água consumida	Anos	Esfera Administrativa												Total Geral
		Federal			Estadual			Municipal			Privada			
		Não tem	Tem	Total	Não tem	Tem	Total	Não tem	Tem	Total	Não tem	Tem	Total	
Água filtrada	2019	23	-	23	910	-	910	8.872	-	8.872	952	-	952	10.757
	2020	23	-	23	901	-	901	8.851	-	8.851	926	-	926	10.701
	2021	23	-	23	894	-	894	8.786	-	8.786	922	-	922	10.625
	2022	24	-	24	892	-	892	8.766	-	8.766	891	-	891	10.573
Água potável (p/ consumo humano)	2019	-	23	23	44	866	910	2.339	6.533	8.872	19	933	952	10.757
	2020	-	23	23	41	860	901	2.095	6.756	8.851	15	911	926	10.701
	2021	-	23	23	37	857	894	2.113	6.673	8.786	16	906	922	10.625
	2022	-	24	24	34	858	892	1.970	6.793	8.763	13	878	891	10.570



Fonte: INEP/Micro dados da Educação Básica, 2019-2022

Elaboração: CEES - Coordenação de Estudos Sociais, 2023.

Nota 1: não estão sendo contabilizados os estabelecimentos de ensino com convênio ao poder público nem os estabelecimentos do SENAI.

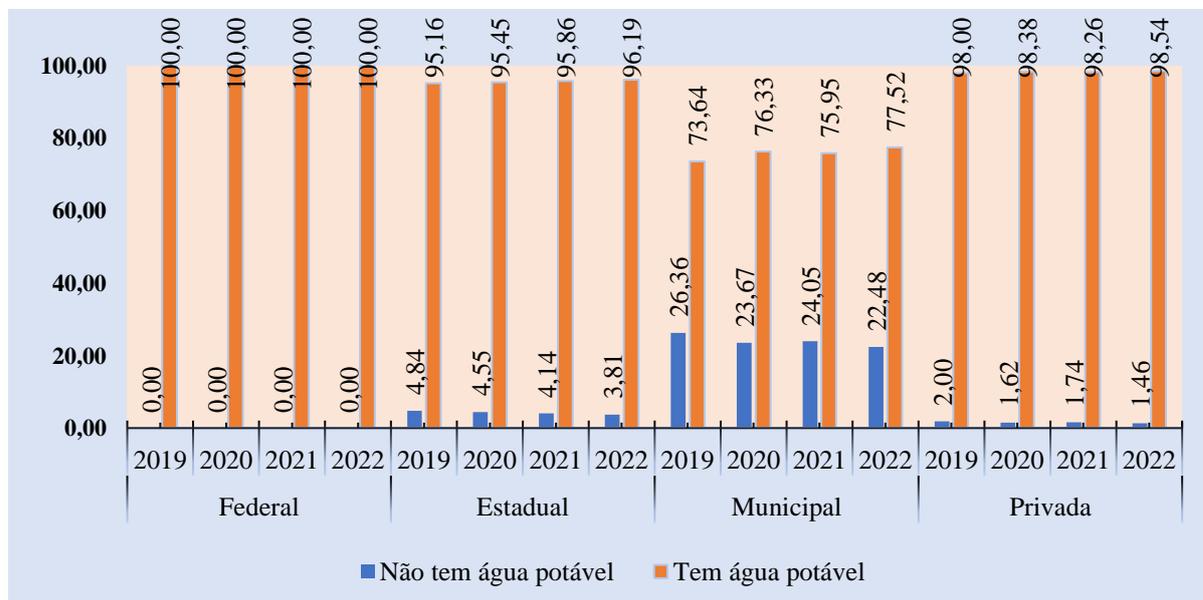
Nota 2: a água potável é uma água livre de contaminação e que atende a todos os parâmetros da legislação.

Nota 3: água filtrada é uma água que passa por um processo de filtração e não é necessariamente potável. Um exemplo é se a água estiver contaminada com bactérias, então, dependendo do tipo do filtro, não serão removidas essas bactérias, logo, a água será filtrada, mas não será potável.

O Gráfico 25 mostra o percentual de unidades de educação básica com água potável no Pará, por esfera administrativa, no período de 2019 a 2022. Nele, nota-se claramente que todas as unidades de educação básica da esfera federal não possuíam água potável. Na esfera estadual, o percentual de unidades com água potável ultrapassou os 95%, chegando a alcançar o equivalente a 96,19% do total em 2022. Por outro lado, o percentual de unidades sem água potável na esfera estadual baixou de 4,84% em 2019 para 3,81% em 2022, ou seja, uma variação de -1,03 p.p.

Na esfera municipal, observou-se aumento dos percentuais de espaços educativos com água potável, passando de 73,64% em 2019 para 77,52% em 2022, ou seja, um aumento de 3,88 p.p. A esfera privada, no entanto, apresentou mais de 98% de suas unidades com água potável para o consumo dos alunos em todos os anos de análise e demonstrou tendência de crescimento no período, saindo de 98% em 2019 para 98,54% em 2022.

Gráfico 25 – Percentual de estabelecimentos de educação básica com água potável, por esfera administrativa – Pará, 2019–2022.



Fonte: INEP/Micro dados da Educação Básica, 2019 – 2022.

Elaboração: CEES - Coordenação de Estudos Sociais, 2023.

Nota: não estão sendo contabilizados os estabelecimentos de ensino com convênio ao poder público nem os estabelecimentos do SENAI.



A Tabela 29 traz o percentual de estabelecimentos de ensino com determinado tipo de abastecimento de água, podendo ser de rede pública; poço artesiano; cacimba, cisterna ou poço; fonte, rio, igarapé, riacho ou córrego; ou, ainda, inexistente. Os dados estão distribuídos por esferas administrativas no período de 2019 a 2022.

Em todas as unidades da esfera federal, existe pelo menos um tipo de abastecimento de água, predominando o tipo poço artesiano, com percentuais entre 60,87% (2019) e 66,67% (2022), seguido pelo da rede pública, com 47,83% (2019) e 54,17% (2022). Os abastecimentos de água dos tipos cacimba/cisterna/poço e fonte/rio/igarapé/riacho/córrego estiveram presentes em poucas unidades dessa esfera administrativa.

Na esfera estadual, também houve predominância dos sistemas de abastecimento dos tipos poço artesiano e rede pública. O primeiro esteve presente em 55,82% das escolas estaduais em 2019 e em 56,50% em 2022; enquanto o segundo tipo abarcou 49% ao longo de todo o quadriênio. Os percentuais de unidades sem nenhum tipo de abastecimento de água ou abastecimento inexistente na esfera estadual ficaram entre 0,55% (2019) e 0,90% (2022).

Em contrapartida, a esfera municipal, a mais densa em número de unidades no estado, possui maiores complexidades e problemáticas. Nota-se, por exemplo, que o percentual de unidades educacionais sem nenhum tipo de abastecimento de água ficou entre 7,68% (2020) e 9,44% (2021).

Dentre as unidades educacionais da esfera privada, foi maioria aquelas com abastecimento de água do tipo rede pública, que esteve presente em mais de 58% de suas unidades, seguido pelo abastecimento do tipo poço artesiano, que englobou de 49,79% (2019) a 50,73% (2022) das unidades escolares. Apenas em 2019 e 2020 apareceram registros de presença de escolas sem abastecimento de água (0,11%).

Tabela 29 – Percentual de estabelecimentos da educação básica, por tipo de abastecimento de água e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.

Tipo de abastecimento de água	Anos	Esfera Administrativa											
		Federal			Estadual			Municipal			Privada		
		Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
Água – rede pública	2019	52,17	47,83	100,00	50,44	49,56	100,00	75,61	24,39	100,00	41,91	58,09	100,00
	2020	52,17	47,83	100,00	50,17	49,83	100,00	75,36	24,64	100,00	41,25	58,75	100,00
	2021	47,83	52,17	100,00	50,11	49,89	100,00	75,27	24,73	100,00	41,43	58,57	100,00
	2022	45,83	54,17	100,00	50,90	49,10	100,00	74,30	25,70	100,00	41,41	58,59	100,00
Poço artesiano	2019	39,13	60,87	100,00	44,18	55,82	100,00	60,55	39,45	100,00	50,21	49,79	100,00
	2020	34,78	65,22	100,00	43,84	56,16	100,00	59,09	40,91	100,00	50,00	50,00	100,00
	2021	39,13	60,87	100,00	43,06	56,94	100,00	60,08	39,92	100,00	49,46	50,54	100,00
	2022	33,33	66,67	100,00	43,50	56,50	100,00	59,34	40,66	100,00	49,27	50,73	100,00



Cacimba/ cisterna/poço	2019	95,65	4,35	100,00	96,26	3,74	100,00	83,23	16,77	100,00	95,80	4,20	100,00
	2020	91,30	8,70	100,00	96,00	4,00	100,00	84,27	15,73	100,00	95,57	4,43	100,00
	2021	91,30	8,70	100,00	95,86	4,14	100,00	84,83	15,17	100,00	95,64	4,36	100,00
	2022	87,50	12,50	100,00	95,52	4,48	100,00	85,13	14,87	100,00	95,29	4,71	100,00
Fonte/rio/ igarapé/ riacho/ córrego	2019	95,65	4,35	100,00	99,01	0,99	100,00	83,39	16,61	100,00	99,58	0,42	100,00
	2020	95,65	4,35	100,00	99,45	0,55	100,00	83,73	16,27	100,00	99,68	0,32	100,00
	2021	95,65	4,35	100,00	99,11	0,89	100,00	83,89	16,11	100,00	99,67	0,33	100,00
	2022	95,83	4,17	100,00	99,33	0,67	100,00	83,90	16,10	100,00	99,55	0,45	100,00
Inexistente	2019	100,00	0,00	100,00	99,45	0,55	100,00	92,00	8,00	100,00	99,89	0,11	100,00
	2020	100,00	0,00	100,00	99,33	0,67	100,00	92,32	7,68	100,00	99,89	0,11	100,00
	2021	100,00	0,00	100,00	99,33	0,67	100,00	90,56	9,44	100,00	100,00	0,00	100,00
	2022	100,00	0,00	100,00	99,10	0,90	100,00	91,81	8,19	100,00	100,00	0,00	100,00

Fonte: INEP/Micro dados da Educação Básica, 2019-2022.

Elaboração: CEES - Coordenação de Estudos Sociais, 2023.

Nota: não estão sendo contabilizados os estabelecimentos de ensino com convênio ao poder público nem os estabelecimentos do SENAI.
Nota: é importante ressaltar que uma unidade educacional pode apresentar mais de um tipo de abastecimento de água.

7.2 Esgotamento Sanitário nos Estabelecimentos de Ensino

Ainda com relação aos componentes básicos de infraestrutura das unidades de educação básica no Pará, a Tabela 30 discorre acerca dos tipos de esgotamentos sanitários presentes nas unidades escolares na série história de 2019 a 2022. Nela, observa-se que, dentre todas as esferas administrativas, a esfera federal foi a única que apresentou esgotamento sanitário em todas as suas unidades, sendo os tipos fossa e fossa séptica os mais predominantes.

Na esfera estadual, observa-se predominância do esgotamento sanitário do tipo fossa e fossa séptica. Essa esfera administrativa também apresentou escolas sem nenhum tipo de esgotamento sanitário, mas com diminuição considerável, saindo de 113 escolas em 2019 para 24 espaços educacionais em 2022. Na esfera privada, a grande maioria das escolas apresentou esgotamentos do tipo rede pública, seguido pelo sistema de tratamento do tipo fossa.

A esfera municipal também apresentou o tipo fossa como esgotamento sanitário predominante em suas escolas, sendo que o número de escolas com esse esgotamento ultrapassou 6.700 unidades em 2019 e 2020, chegando a alcançar 7.006 e 7.160 escolas municipais em 2021 e 2022, respectivamente. Também é importante destacar que a esfera municipal apresentou mais de 1.200 escolas municipais sem nenhum tipo de esgotamento sanitário ao longo deste quadriênio, correspondendo a 16% do total de escolas em 2022.

O tipo de esgotamento sanitário mais comum nos estabelecimentos de ensino paraenses é a fossa, presente em 8.241 unidades; o segundo tipo mais frequente é a fossa rudimentar/comum, com



5.485 unidades, sendo 5.123 somente da administração municipal. Este tipo de esgotamento é considerado problemático, uma vez que está mais suscetível a contaminações em comparação com os demais tipos.

Tabela 30 – Número de estabelecimentos da educação básica, por tipo de esgotamento sanitário e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.

Tipo de esgotamento sanitário	Anos	Esfera Administrativa								Total Geral
		Federal		Estadual		Municipal		Privada		
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	
Rede pública	2019	14	9	636	274	8.372	500	431	521	10.757
	2020	14	9	627	274	8.368	483	422	504	10.701
	2021	13	10	623	271	8.338	448	419	503	10.625
	2022	14	10	619	273	8.317	446	414	477	10.570
Fossa séptica	2019	12	11	564	346	6.529	2.343	703	249	10.757
	2020	12	11	482	419	6.530	2.321	671	255	10.701
	2021	11	12	464	430	6.572	2.214	658	264	10.625
	2022	12	12	459	433	6.725	2.038	617	274	10.570
Fossa rudimentar/ comum	2019	18	5	719	191	4.512	4.366	753	199	10.763
	2020	18	5	719	182	4.290	4.561	739	187	10.701
	2021	19	4	705	189	3.994	4.792	738	184	10.625
	2022	20	4	704	188	3.641	5.123	721	170	10.571
Fossa	2019	7	16	373	537	2.169	6.703	504	448	10.757
	2020	7	16	300	601	1.969	6.882	484	442	10.701
	2021	7	16	275	619	1.780	7.006	479	443	10.625
	2022	8	16	271	621	1.603	7.160	447	444	10.570
Não há esgotamento sanitário	2019	23	-	797	113	7.158	1.714	945	7	10.757
	2020	23	-	855	46	7.318	1.533	919	7	10.701
	2021	23	-	867	27	7.398	1.388	916	6	10.625
	2022	24	-	868	24	7.542	1.221	886	5	10.570

Fonte: INEP/Micro dados da Educação Básica, 2019 – 2022.

Elaboração: CEES - Coordenação de Estudos Sociais, 2023.

Nota: não estão sendo contabilizados os estabelecimentos de ensino com convênio ao poder público nem os estabelecimentos do SENAI.

Nota: é importante ressaltar que uma unidade educacional pode apresentar mais de um tipo de esgotamento sanitário.

CAPÍTULO 8 – ACESSIBILIDADE NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

A acessibilidade nos estabelecimentos de ensino diz respeito à adequação de espaços, artefatos e produtos para o uso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de maneira a facilitar a circulação na escola, contemplando as diferentes características antropométricas e sensoriais de forma autônoma, independente, segura e confortável.



Nesse sentido, a Tabela 31 demonstra dados acerca de oito tipos de acessibilidade presentes nas unidades de ensino da educação básica no Pará, considerando, ainda, as esferas administrativas e a série histórica de 2019 a 2022. Ressalta-se que os tipos corrimão e elevador somente serão necessários se os espaços físicos apresentarem dois ou mais andares, porém, os demais tipos de acessibilidades são de extrema importância em qualquer ambiente educacional para que todos os estudantes tenham oportunidades iguais de desenvolvimento, garantindo que, fundamentalmente, todos os alunos tenham o direito à educação, independentemente de suas necessidades, fato este defendido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146).

Partindo deste princípio, nota-se que grande maioria das escolas de educação básica federal apresentava, predominantemente em suas estruturas físicas, especialmente em 2022, rampas, corrimão, elevador e portas com vão livre de no mínimo 80cm. As rampas estiveram em maior percentual, 82,61% (2019) e 91,67% (2022). O corrimão esteve presente em apenas 39,13% (2019) das unidades federais, porém, alcançou 66,67% em 2022. Havia elevadores em 47,83% (2019) das escolas e ampliou para 58,33% (2022). O percentual de escolas com portas com vão livre também cresceu, saindo de 39,13% (2019) para 54,17% (2022).

Na esfera estadual, nota-se que o tipo de acessibilidade mais comum foi a rampa, presente em 51% das escolas estaduais em 2019, crescendo para 63,34% em 2022. Os demais tipos de acessibilidade não alcançaram 32% do total das escolas estaduais. Em 2022, 31,84% dos estabelecimentos tinham portas com vão livre; 20,18% contavam com corrimão; 19,28% apresentavam pisos táteis; 10,65% continham sinalização tátil; 9,75% tinham sinalização visual; 2,58% tinham sinalização sonora; e em 1,12% havia elevador. Além disso, é importante destacar o fato de o percentual de escolas do estado sem nenhum dos tipos de acessibilidade listados ter sido de 39,78% (2019) e 26,91% (2022).

Destaca-se, ainda, que a esfera municipal apresentou maior precariedade em termos de acessibilidade, pois foi a única que obteve mais de 60% de suas unidades sem nenhum tipo de acessibilidade - 68,34% (2019) e 55,20% (2022). Na esfera privada, o maior percentual de suas unidades continha rampa, seguido do tipo portas com vão livre. De modo geral, os três tipos de sinalização (sonora, visual e tátil) são aqueles com menor presença nos estabelecimentos de ensino.



Tabela 31 – Percentual de estabelecimentos da educação básica, por tipo de acessibilidade e esfera administrativa – Pará, 2019–2022.

Tipo de acessibilidade	Anos	Esfera Administrativa											
		Federal			Estadual			Municipal			Privada		
		Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total	Não	Sim	Total
Corrimão	2019	60,87	39,13	100,00	86,81	13,19	100,00	95,03	4,97	100,00	64,39	35,61	100,00
	2020	39,13	60,87	100,00	83,46	16,54	100,00	94,14	5,86	100,00	61,34	38,66	100,00
	2021	39,13	60,87	100,00	81,10	18,90	100,00	93,84	6,16	100,00	59,11	40,89	100,00
	2022	33,33	66,67	100,00	79,82	20,18	100,00	93,08	6,92	100,00	56,12	43,88	100,00
Elevador	2019	52,17	47,83	100,00	99,45	0,55	100,00	99,98	0,02	100,00	91,39	8,61	100,00
	2020	47,83	52,17	100,00	99,11	0,89	100,00	99,89	0,11	100,00	89,42	10,58	100,00
	2021	47,83	52,17	100,00	98,77	1,23	100,00	99,90	0,10	100,00	89,37	10,63	100,00
	2022	41,67	58,33	100,00	98,88	1,12	100,00	99,89	0,11	100,00	89,11	10,89	100,00
Pisos táteis	2019	73,91	26,09	100,00	88,79	11,21	100,00	97,84	2,16	100,00	83,51	16,49	100,00
	2020	60,87	39,13	100,00	85,57	14,43	100,00	97,38	2,62	100,00	81,97	18,03	100,00
	2021	60,87	39,13	100,00	82,44	17,56	100,00	96,89	3,11	100,00	80,37	19,63	100,00
	2022	45,83	54,17	100,00	80,72	19,28	100,00	96,76	3,24	100,00	79,46	20,54	100,00
Portas com vão livre de no mínimo 80 cm	2019	60,87	39,13	100,00	79,78	20,22	100,00	86,90	13,10	100,00	59,77	40,23	100,00
	2020	52,17	47,83	100,00	72,25	27,75	100,00	83,38	16,62	100,00	56,80	43,20	100,00
	2021	52,17	47,83	100,00	70,02	29,98	100,00	79,25	20,75	100,00	53,90	46,10	100,00
	2022	45,83	54,17	100,00	68,16	31,84	100,00	78,76	21,24	100,00	52,97	47,03	100,00
Rampas	2019	17,39	82,61	100,00	48,90	51,10	100,00	75,71	24,29	100,00	35,29	64,71	100,00
	2020	13,04	86,96	100,00	39,07	60,93	100,00	71,16	28,84	100,00	32,94	67,06	100,00
	2021	17,39	82,61	100,00	37,25	62,75	100,00	68,91	31,09	100,00	31,45	68,55	100,00
	2022	8,33	91,67	100,00	36,66	63,34	100,00	67,32	32,68	100,00	30,75	69,25	100,00
Sinalização sonora	2019	100,00	0,00	100,00	98,68	1,32	100,00	99,56	0,44	100,00	96,95	3,05	100,00
	2020	100,00	0,00	100,00	98,34	1,66	100,00	99,34	0,66	100,00	95,90	4,10	100,00
	2021	100,00	0,00	100,00	97,65	2,35	100,00	99,20	0,80	100,00	94,79	5,21	100,00
	2022	100,00	0,00	100,00	97,42	2,58	100,00	99,14	0,86	100,00	94,61	5,39	100,00
Sinalização tátil (piso/paredes)	2019	86,96	13,04	100,00	95,82	4,18	100,00	99,37	0,63	100,00	93,28	6,72	100,00
	2020	82,61	17,39	100,00	93,12	6,88	100,00	99,10	0,90	100,00	91,68	8,32	100,00
	2021	73,91	26,09	100,00	90,94	9,06	100,00	99,10	0,90	100,00	90,24	9,76	100,00
	2022	62,50	37,50	100,00	89,35	10,65	100,00	98,94	1,06	100,00	90,68	9,32	100,00
Sinalização visual (piso/paredes)	2019	82,61	17,39	100,00	96,15	3,85	100,00	99,14	0,86	100,00	81,93	18,07	100,00
	2020	82,61	17,39	100,00	93,56	6,44	100,00	98,75	1,25	100,00	79,27	20,73	100,00
	2021	73,91	26,09	100,00	92,17	7,83	100,00	98,46	1,54	100,00	76,14	23,86	100,00
	2022	75,00	25,00	100,00	90,25	9,75	100,00	97,91	2,09	100,00	74,52	25,48	100,00
Nenhum dos recursos de acessibilidade listados	2019	95,65	4,35	100,00	60,22	39,78	100,00	31,66	68,34	100,00	82,77	17,23	100,00
	2020	100,00	0,00	100,00	70,48	29,52	100,00	37,54	62,46	100,00	84,13	15,87	100,00
	2021	100,00	0,00	100,00	72,60	27,40	100,00	42,19	57,81	100,00	86,12	13,88	100,00
	2022	100,00	0,00	100,00	73,09	26,91	100,00	44,80	55,20	100,00	86,98	13,02	100,00

Fonte: INEP/Micro dados da Educação Básica, 2019 – 2022.

Elaboração: CEES - Coordenação de Estudos Sociais, 2023.

Nota: não estão sendo contabilizados os estabelecimentos de ensino com convênio ao poder público nem os estabelecimentos do SENAI.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/18842-infraestrutura>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 19 fev. 2024.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 19 fev. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Panorama da Educação – Destaques do Education at Glance 2019.** Brasília: INEP/MEC, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/panorama-da-educacao-2013-destaques-do-education-at-glance-2019>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Verbetes taxa de escolarização. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://educabrasil.com.br/taxa-de-escolarizacao>>. Acesso em: 05 fev. 2024.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **Education at Glance 2014.** OCDE, 2014. Disponível em: <<https://www.oecd.org/education/Education-at-a-Glance-2014.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA). **Qualidade da Infraestrutura das Escolas Públicas do Ensino Fundamental no Brasil: indicadores com dados públicos e tendências de 2013, 2015 e 2017.** Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368757>>. Acesso em: 15 fev. 2024.

UFPA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ). **Anuário estatístico 2022. Ano base 2021.** Belém, UFPA: 2022. Disponível em: <<https://www.anuario.ufpa.br/index.php/edicoes-anteriores>>. Acesso em: 20 fev. 2024.